

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
LINHA DE PESQUISA – MINORIAS SOCIAIS: ESTIGMATIZAÇÃO,
DISCRIMINAÇÃO, DESIGUALDADE E RESISTÊNCIA

ANDRESSA DAS NEVES TEIXEIRA

VOZES NO SILÊNCIO:

Homicídios de jovens negros em Porto Alegre e sofrimento das que ficam

Porto Alegre

2019

ANDRESSA DAS NEVES TEIXEIRA

VOZES NO SILÊNCIO:

Homicídios de jovens negros em Porto Alegre e sofrimento das que ficam

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Teixeira, Andressa das Neves
Vozes no Silêncio: Homicídios de jovens negros em
Porto Alegre e sofrimento das que ficam / Andressa das
Neves Teixeira. -- 2019.
102 f.
Orientadora: Luciana Garcia de Mello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. sofrimento social. 2. familiares de vítimas de
homicídio. 3. homicídios de jovens negros. 4. mulheres
negras. I. de Mello, Luciana Garcia, orient. II.
Titulo.

ANDRESSA DAS NEVES TEIXEIRA

VOZES NO SILÊNCIO:

Homicídios de jovens negros em Porto Alegre e sofrimento das que ficam

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Aprovado em 30 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Luciana Garcia de Mello (orientadora) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. Karl Martin Monsma – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS

Prof. Dra. Laura Cecilia López – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UNISINOS

À Carla, Daiani, Lorena, Maria Cecília e Taíse.

Às interlocutoras dessa pesquisa.

Às vítimas de violência.

AGRADECIMENTOS

É preciso agradecer. Quem me acompanhou realmente de perto durante esse processo percebeu que não foram poucas as vezes em que a aflição se fez presente e que não foram poucas as vezes em que desistir parecia a melhor decisão. Agradeço a todas que me seguraram e não me deixaram desistir.

Agradeço imensamente às três pessoas que me acolhem e amparam desde sempre. À minha mãe Sandra por ter me auxiliado mais do que imagina nessa pesquisa e por com muito afeto ter me acompanhado nos inúmeros momentos sofridos que fizeram parte dessa etapa. Ao meu pai Sílvio um agradecimento por, mesmo sem entender muito bem meus planos, sempre me apoiar e um parabéns por ter superado a batalha que enfrentou no último ano. Ao meu irmão Wagner por ser meu primeiro e grande amigo, pelas Weiss e mates compartilhados que regam nossas conversas sobre teoria, política, futebol y *otras cositas más*. Foi graças a vocês que consegui ingressar e finalizar o mestrado. Eternamente grata pelo carinho e amor que recebo todos os dias.

Ao restante da minha grande e afetuosa família: tias, primas e primos, queridos afilhados e querida afilhada e a melhor dinda e ao melhor dindo do mundo.

Às minhas queridas amigas que sempre estiveram presentes – ainda que algumas à distância. Em especial à Kelly, Lueci e Tatiana. Agradeço também à Malu e Carolina pelo constante diálogo acadêmico (e não acadêmico), à minha *hermanita* de outras vidas Gabi Blanco e ao Carlinhos por ter assumido o desafio da revisão deste trabalho.

A Fanny, *gracias*, por la acogida en la etapa final de la construcción de este trabajo.

Aos colegas de PPG pelas trocas: especialmente às Magalis - Ana Danielle, Lorena e Mariana - e aos “Mestres Malucos”.

À Maninha, Simone, No, Sílvia, Karen e Wellington, cuja generosidade foi elementar para viabilizar a realização desse trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante os dois anos de curso.

À Professora Luciana por ter me incentivado a ingressar no PPGS, aos professores que compuseram tanto a minha banca de qualificação quanto a de

defesa e aos demais servidores e docentes do programa que fizeram parte dessa jornada.

E, finalmente, um agradecimento especial às sete interlocutoras dessa pesquisa que me autorizaram a conhecer, escrever e refletir sobre suas experiências.

Muito obrigada.

*“Chapa, então fica assim, jura pra mim que foi
E que agora tudo vai se resolver
(Vô menti prucê não, mano
Às vez eu acho de bobeira um retrato lá em
casa
Olho não aguenta não, enche de água)*

*Mal posso esperar o dia de ver você
Voltando pra gente
Sua voz avisar, o portão bater
Você com um riso contente
Vai ser tão bom, tipo São João
Vai ser tão bom, que nem réveillon
Vai ser tão bom, Cosme e Damião
Vai ser tão bom, bom, bom”
Emicida*

*“No quiero que esto después sea un registro
de pesadumbre solamente. No quiero que
esto sea un registro sólo de lágrimas. Quiero
que sea algo que pueda usar ahora o
después, algo que pueda recordar, algo que
pueda transmitir, algo que pueda saber que
salió de la clase de fortaleza que tengo que
nada puede sacudir por mucho tiempo o
igualar.”*

Audre Lorde

RESUMO

Esta dissertação trata sobre experiências de mulheres negras familiares – as que ficam - de jovens negros (15 a 29 anos) vítimas de homicídio em Porto Alegre. Partindo da ideia de que não são fatos pontuais, tais homicídios são aqui interpretados como uma expressão da necropolítica e como eventos críticos capazes de gerar um tipo de sofrimento que rompe com o âmbito privado: o sofrimento social. Objetiva-se nesta produção analisar as expressões de sofrimento social apresentadas por estas mulheres a partir da perda de um jovem negro, buscando também identificar as formas como reagiram frente à perda e como conseguiram dar seguimento às suas vidas. Para tanto, considera-se relatos de sete mulheres negras sobre homicídios de jovens negros ocorridos em Porto Alegre. Suas falas foram registradas em diário de campo e em áudio (posteriormente transcrito literalmente) e delas foi realizada uma análise vinculada ao campo da análise de conteúdo. A partir desta análise, percebeu-se quatro categorias sobressalentes: 1) expressões do sofrimento: como medo e adoecimento; 2) formas como reabilitaram o cotidiano: na qual apareceu a importância de apoio como o da família; 3) conhecimento venenoso (aquele adquirido com o sofrimento): na qual apareceram as estratégias adotadas para resguardarem a si mesmas e as suas famílias; e 4) suas percepções sobre o Estado: na qual falam de suas interações com instituições do estado.

Palavras-chave: sofrimento social; familiares de vítimas de homicídio; homicídios de jovens negros; mulheres negras.

ABSTRACT

This dissertation is about experiences of black women family members - those who stay - of young black men (15 to 29 years old) victims of homicide in Porto Alegre. Based on the idea that they are not punctual facts, such homicides are interpreted here as an expression of necropolitics and as critical events capable of generating a kind of suffering that breaks with the private sphere: social suffering. The objective of this production is to analyze the expressions of social suffering presented by these women from the loss of a young black man, also seeking to identify the ways in which they reacted to the loss and how they were able to continue their lives. Therefore, it is considered reports of seven black women about homicides of young black men that occurred in Porto Alegre. Their speeches were recorded in a field diary and audio (later literally transcribed) and an analysis linked to the field of content analysis was performed. From this analysis, we noticed four spare categories: 1) expressions of suffering: as fear and illness; 2) ways in which they reopened daily life: in which the importance of support like that of the family appeared; 3) poisonous knowledge (that acquired through suffering): in which appeared the strategies adopted to protect themselves and their families; and 4) their perceptions of the state: in which they speak of their interactions with state institutions.

Keywords: social suffering; family members of murder victims; homicides of young black men; black women.

RESUMEN

Esta disertación analiza experiencias de mujeres negras familiares – las que quedan – de jóvenes negros (15 a 29 años) víctimas de homicidio en Porto Alegre. Partiendo de la idea de que no son hechos puntuales, tales homicidios son aquí interpretados como una expresión de la necropolítica y como eventos críticos capaces de generar un tipo de sufrimiento que rompe con el ámbito privado: el sufrimiento social. Se tiene como objetivo analizar las expresiones de sufrimiento social presentadas por estas mujeres a partir de la pérdida de un joven negro. Buscando también identificar las formas de cómo reaccionan frente a la pérdida y cómo consiguieron continuar con sus vidas. Para tales fines, se consideran los relatos de siete mujeres negras sobre homicidios de jóvenes negros ocurridos en Porto Alegre. Sus relatos fueron registrados en un diario de campo y en audios (posteriormente transcritos de forma literal) y de esto fue realizado un análisis vinculado al campo del análisis de contenido. A partir de este análisis, se establecieron cuatro categorías sobresalientes: 1) expresiones del sufrimiento: como miedo y dolencias; 2) formas como rehicieron el cotidiano: en la cual apreció la importancia de apoyo, como por ejemplo el familiar; 3) conocimiento venenoso (aquel adquirido con el sufrimiento): en el cual aparecen las estrategias adoptadas para resguardarse a sí mismas y a sus familias; y 4) sus percepciones sobre el Estado: en la cual relatan sus interacciones con instituciones del Estado.

Palabras claves: sufrimiento social; familiares de víctimas de homicidio; homicidios de jóvenes negros; mujeres negras.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS COMO EXPRESSÃO DA NECROPOLÍTICA E COMO EVENTO CRÍTICO	17
3 SOFRIMENTO SOCIAL E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS	30
4 A REALIZAÇÃO DO CAMPO E AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA	39
Primeiros passos	39
Zona Leste I – A entrada efetiva em campo	41
<i>Maria Eduarda: “Eu posso dizer que não foi tão sacrificante, tão doído”</i>	44
<i>Dona Clô: “É bom saber que nosso sofrimento serve pra ajudar alguém”</i>	45
<i>Dona Rosângela: “Foi bom conversar, tá?”</i>	47
Zona Sul	48
<i>Dona Lurdinha: “É como a gente diz, a gente é uma voz no silêncio”</i>	50
<i>Bruna: “Eu luto contra a naturalização”</i>	51
<i>Isabela: “Preto não tem helicóptero”</i>	53
Zona Leste II – Vila Juazeiro	54
<i>Mãe Paty: “É impressionante como preto não pode ter nada”</i>	54
5 ANÁLISE DOS RELATOS “DAS QUE FICAM”	61
Expressões do sofrimento	61
Reabitando o cotidiano	72
Conhecimento venenoso	78
Percepções sobre o Estado	83
Reação das entrevistadas acerca do tema da pesquisa	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda experiências de mulheres negras familiares – as que ficam - de jovens negros vítimas de homicídio em Porto Alegre. Leva-se aqui em consideração a afirmação apresentada por trabalhos sobre familiares de vítimas de violência de que os homicídios não são fatos pontuais.

De acordo com o Atlas da Violência publicado em 2018 (CERQUEIRA, 2018), apenas em 2016 foram registrados mais de 60 mil homicídios no Brasil. Ainda em relação aos homicídios, Waiselfisz (2014) observou que o perfil principal de suas vítimas é o de homens jovens negros. Além disso, o autor notou a existência de um padrão tanto nas capitais brasileiras quanto no país em geral: enquanto ocorre uma diminuição na taxa dos homicídios entre brancos, a mesma taxa entre negros cresce. Mostrou também que Porto Alegre – apesar de ter, segundo dados do IBGE, apenas cerca de 20% da população negra - figura como a sexta capital brasileira¹ com maior taxa de homicídios entre jovens negros: são 192,2 a cada 100 mil.

Soares, Miranda e Borges (2005) colocam que a cada vítima de homicídio, três pessoas são por ele afetadas intensamente. Num cenário aterrorizante como o brasileiro, no que diz respeito à violência e à segurança pública, essa constatação evidencia que é insuficiente voltar o olhar apenas às vítimas letais. É urgente analisar também a perspectiva de quem ocultamente sofre os efeitos dessa violência.

Considera-se nesta dissertação que se são homens jovens negros as principais vítimas de homicídio no Brasil, é elementar abordar a experiência das mulheres negras. Segundo Rocha (2012), são as mulheres negras quem mais sofrem as consequências a longo prazo desta perda. Menciona, ainda, que é na luta por sobrevivência – que abarca a reorganização familiar/financeira e a busca por justiça e reparação pelas vias judiciais – que sentem a ação do Estado

A argumentação de Moura (2007) também serve para justificar a escolha dessas mulheres enquanto universo de análise desta investigação. Para a autora, é preciso romper com o olhar cristalizado que analisa a violência somente a partir da sua expressão mais explícita, o que no caso de homicídios seriam estudos sobre a vitimização direta. Ultrapassar essa barreira é tirar da invisibilidade as narrativas

¹ Fica atrás de Maceió (AL), João Pessoa (PB), Fortaleza (CE) e Vitória (ES), segundo o Mapa da Violência – Os Jovens do Brasil.

dessas mulheres e fazer um esforço em melhor compreender o contexto violento no qual estamos inseridos.

Para autores como Kleinman, Das e Lock (1997) o sofrimento deixa de ser uma experiência exclusiva do âmbito privado quando é causado por forças que estão fora do controle individual - como o poder político e econômico, por exemplo – e se torna assim uma experiência social. Destacam também que o diferencial do sofrimento social é que ele está perpassado por diversas áreas, como saúde, segurança e economia.

Interpretar os homicídios enquanto acontecimentos que geram um sofrimento que é social tem relação com a ideia de evento crítico proposta por Veena Das. Para ela, evento crítico é um episódio que marca fortemente a experiência de uma pessoa, provocando em sua vida um momento de inflexão (CARVALHO, 2008)

Dessa forma, para elaborar esse trabalho foram considerados os relatos de sete mulheres negras sobre homicídios de jovens negros (15 a 29 anos) ocorridos em Porto Alegre. Destas, uma era companheira da vítima na época da morte; duas eram mães; uma era irmã; uma perdeu um primo e um enteado; uma era familiar²; e uma não pertence ao grupo das que ficam, mas seu relato se deu da perspectiva de moradora de uma comunidade onde a violência figura como algo pertencente ao ordinário.

Interpreta-se essa pesquisa como um exercício. Um exercício de como pensar o que ocorre depois dessas mortes, de como elas continuam reverberando na vida “das que ficam”. Não se pretendeu neste estudo qualitativo fazer nenhuma generalização sobre um “fenômeno” nem demonstrar qualquer relação de causa e efeito. O esforço aqui empregado foi de debruçar-se sobre as realidades compartilhadas pelas sete interlocutoras da pesquisa, na esperança de que as reflexões aqui suscitadas possam servir de incentivo para que sejam realizadas investigações mais densas a fim de compreender de forma profunda cenários semelhantes a esse.

Veena Das afirmou que não se deve iniciar uma investigação definindo quais serão os limites nela a ser enfrentados, tais limites devem ser descobertos (DAS, DIFRUSCIA, 2010). E foi algo mais ou menos nesse sentido que ocorreu durante o processo de construção deste trabalho.

² Seu grau de parentesco não será apresentado, em virtude da negociação que ocorreu em campo.

Julgou-se que recorrer a redes sociais como Facebook para conseguir entrevistadas seria uma tática pouco sensível. Dessa forma, para evitar um acesso irresponsável às possíveis interlocutoras, buscou-se um contato intermediado entre pessoas que atuassem em instituições comunitárias ou movimentos sociais.

Porém, mesmo tendo intermediação foi extremamente difícil encontrar mulheres que se dispusessem a compartilhar suas histórias, foi extremamente difícil acessá-las e conversar sobre essas questões. Medo e dor eram sentimentos acionados para justificar a recusa por uma conversa ou para negar que o contato fosse retomado.

Conseguiu-se no total contato com sete mulheres e os encontros com elas ocorreram entre junho de 2018 e fevereiro de 2019. Os três primeiros contatos aconteceram em um Centro Cultural, localizado na Zona Leste de Porto Alegre, por meio do contato estabelecido com a filha de uma liderança da região onde o centro está localizado. Mais adiante, por intermediação de uma senhora vinculada à ONG Maria Mulher, conseguiu-se chegar até três mulheres que moram na Zona Sul de Porto Alegre. Por fim, o contato com a última interlocutora foi estabelecido a partir da ajuda de um educador social que atua no mesmo coletivo que ela: o coletivo Alicerce.

Em relação ao tempo de duração das entrevistas, observou-se bastante diferença entre eles. A entrevista mais longa durou cerca de uma hora e meia e a mais curta cerca de 20 minutos. Com uma colaboradora da pesquisa passou-se uma tarde inteira, porém o relato específico sobre o homicídio durou pouco tempo. Todas essas questões são melhor expostas no quarto capítulo.

As entrevistas que, com autorização das interlocutoras, tiveram um registro em áudio foram as três realizadas no Centro Cultural e a de Isabela. Os demais contatos foram registrados em um diário de campo.

O conteúdo pelas entrevistadas abordado foi analisado junto do diário de campo e da transcrição literal das entrevistadas gravadas em áudio. A partir daí, fez-se uma análise de onde se perceberam as quatro categorias sobressalentes de suas falas. Tais categorias dizem respeito as formas como expressaram sofrimento, às formas como reabitaram o cotidiano, ao conhecimento obtido através do sofrimento e às suas percepções sobre o Estado.

O objetivo dessa investigação foi de analisar as expressões de sofrimento social de mulheres negras familiares e companheiras de jovens negros vítimas de

homicídio, buscando também identificar as formas como reagiram frente à perda e como conseguiram dar seguimento às suas vidas.

Esta dissertação, além desta parte introdutória e de uma parte onde constam as considerações finais, está composta por outros quatro capítulos. No segundo capítulo, é apresentado o cenário dos homicídios no Brasil e em Porto Alegre. Argumenta-se nele que os homicídios de jovens negros são uma expressão da (necro)política e eventos críticos

No terceiro capítulo, apresenta-se a noção de sofrimento social. Apresenta-se também como trabalhos sobre familiares de vítimas de violência têm abordado essa ideia e como é relevante abordar suas experiências para compreender eventos violentos.

No quarto capítulo, narra-se detalhadamente como aconteceu o processo de inserção no campo e é feita uma apresentação das sete interlocutoras da pesquisa. Por fim, no quinto capítulo, apresenta-se a análise do que foi relatado pelas entrevistadas, que está separada em quatro categorias: expressões do sofrimento, reabitando o cotidiano, conhecimento venenoso e percepções sobre o Estado.

Breve nota sobre a pesquisadora

Entendo que as trajetórias de cada pesquisador influenciam as suas escolhas por determinados temas de pesquisa. Comigo não foi diferente. Utilizo este breve espaço na introdução para falar em primeira pessoa e apresentar alguns aspectos sobre mim.

Não o faço para defender que enquanto mulher negra tenho mais ou menos legitimidade para ter realizado o trabalho que aqui apresento. Faço-o porque aprendi que fazer ciência é também um exercício de honestidade. Por não acreditar na existência da neutralidade, dou em troca o reconhecimento dos limites deste trabalho. Limites esses que muito tiveram a ver com questões pessoais e que me fizeram passar por dificuldades que nenhum projeto ou cronograma de pesquisa poderia prever.

Enquanto indivíduo que sou, uma mulher jovem negra, tenho experienciado diversas situações de racismo. Porém, foi só a partir da minha experiência no final da graduação, quando me envolvi com questões ligadas à migração – mais especificamente à migração haitiana – seja no estágio, na extensão universitária e

no próprio trabalho de conclusão de curso que comecei a pensar mais seriamente em me voltar para questões relacionadas à desigualdade racial nos meus estudos. E quando se pensa em racismo, os dados relacionados à violência gritam expondo o rombo da desigualdade.

Decidi que no mestrado voltaria a dialogar com a área que me interessava já no início da graduação e que cheguei a trabalhar como bolsista de iniciação científica: segurança pública. Mas agora dando destaque à questão racial. Comecei a buscar artigos, notícias, pesquisas depois de ter conhecimento sobre qual é o perfil preferencial das vítimas de homicídio no Brasil (homem jovem negro) e foi nessa busca que comecei a entender que homicídios também são importantes de serem analisados para além das vítimas diretas.

Procurei ao longo dessa construção ter muita responsabilidade e cuidado para chegar às minhas interlocutoras. Essa preocupação que já existia quando formulei o pré-projeto, intensificou-se quando ainda no primeiro mês de mestrado vi o meu papel de pesquisadora se expandindo e entrando para o grupo dos sujeitos da minha pesquisa. Meu primo, um jovem negro, foi assassinado pela Brigada Militar em Porto Alegre. Eu já não era mais apenas uma pesquisadora empática ao tema.

Dessa forma, houve dificuldades. Houve momentos de sofrimento, de “apagões” e de bloqueio ao longo dessa construção que, como já mencionei, não puderam ser previstos.

Entendo, portanto, que essa produção é fruto da minha experiência, das companhias que tive pelo caminho, do meu compromisso ético, do meu rigor científico e da minha crença de que, como afirmou o escritor Frantz Fanon (2008, p. 190), eu “não tenho o direito de admitir a mínima parcela de ser na minha existência. Não tenho o direito de me deixar atolar nas determinações do passado”.

2 HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS COMO EXPRESSÃO DA NECROPOLÍTICA E COMO EVENTO CRÍTICO

Neste capítulo é feita uma breve apresentação do cenário dos homicídios, mais especificamente o cenário dos homicídios de jovens negros, no Brasil e em Porto Alegre. É importante fazê-lo para demonstrar o porquê que se parte destes fatos para realizar essa pesquisa sobre o sofrimento social de mulheres negras familiares de jovens negros vítimas de homicídio em Porto Alegre. Necropolítica e evento crítico são as duas ideias que norteiam essa seção. Por meio da primeira os homicídios podem ser entendidos como uma expressão política e por meio da segunda como acontecimentos que atingem não apenas a vítima letal, mas também quem fazia parte do seu círculo.

Ressalta-se de antemão que recorrer a essas duas noções não é utilizar-se de conceitos macro para analisar um campo que foi micro (os relatos dessas mulheres). O objetivo aqui não é analisar os homicídios, mas é fundamental evidenciar que a dimensão em que ocorrem só é possível porque tem suas bases em uma estrutura e no momento em que são uma realidade comum a um grupo de indivíduos, os efeitos causados não são individuais, mas sociais.

Primeiro, apresenta-se o conceito de “necropolítica” proposto pelo autor camaronês Achille Mbembe. Destaca-se que se sabe que se trata de uma ideia complexa fruto de uma densa discussão filosófica. Mbembe recorreu a autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben e Hannah Arendt para formular seu conceito. Porém apresenta-se aqui o conceito de maneira instrumentalizadora para guiar esse trabalho. A seguir faz-se uma breve apresentação de necropolítica e dialoga-se com dados e produções que ajudam a sustentar a afirmação desse trabalho de que o que se vive no Brasil e Porto Alegre pode se caracterizar como tal.

Michel Foucault (2005), em linhas gerais, entende que o biopoder atua sobre a população e que se trata de um poder de administração da vida deste conjunto de indivíduos. Assim, esta técnica de poder está mais relacionada ao seu poder de intervenção para promover a vida, desempenhando, portanto, uma função regulamentadora: ela faz viver e deixa morrer. Mbembe se baseia nesse conceito, articulando-o com as noções de soberania e estado de exceção para pensar em necropolítica.

A partir dessa articulação, Mbembe entende que o Estado tem dois poderes: o de promover a vida e o de produzir mortes. Dedicar-se, então, a pensar em “aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. (MBEMBE, 2017, p. 125).

É importante destacar que por mais que o autor entenda que a noção de biopoder não dá conta de “explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2017, p. 146), ele não está rompendo com Foucault: está indo além. Está pensando em uma proposta que o permita refletir sobre outros contextos além do europeu, que o permita analisar, por exemplo, experiências de países que viveram e vivem as consequências de um passado colonial.

Foucault, em sua análise, estava pensando na centralidade/promoção da vida, Mbembe está pensando na centralidade/produção da morte. Está pensando em contextos em que a soberania se “expressa predominantemente como o direito de matar” (MBEMBE, 2017, p. 128), na política como trabalho de fazer morrer.

Em uma conferência intitulada “Necropolítica, una revisión crítica”, Mbembe fala que formulou o conceito num período pós-11 de setembro (o atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos), “enquanto os Estados Unidos e seus aliados davam início à guerra contra o terror” (2012, p. 131). De maneira bastante didática expõe os aspectos aos quais quis se referir ao pensar em necropolítica:

Primero, para referirme a aquellos contextos en que lo que comúnmente tomamos como el estado de excepción se ha vuelto lo normal. [...] Y tales situaciones no pertenecen exclusivamente al momento post 9/11. La genealogía es mucho más profunda. [...] **Segundo**, lo usaba para referirme a aquellas figuras de la soberanía de la existencia humana, y la destrucción material de los cuerpos y poblaciones humanos juzgados como desechables o superfluos. [...], como el **tercer** elemento, [para referirme] a aquellas figuras de la soberanía en las cuales el poder, o el gobierno, se refieren o apelan de manera continua a la emergencia, y a una noción ficcionalizada o fantasmática del enemigo. [...] Que por estar amenazados, podemos matar sin distinción a quien juzguemos como nuestro enemigo. (MBEMBE, 2012, p. 135).

Seguir-se-á a exposição do autor para pensar no contexto dessa investigação. O Brasil vive um cenário de guerra. Não raro, movimentos sociais e mídia se valem dessa comparação para dar dimensão ao contexto alarmante que vivenciamos no que diz respeito à violência e a segurança pública. Segundo o Atlas

da Violência 2018 (CERQUEIRA, 2018), apenas no ano de 2016 registraram-se 62.517 homicídios e na última década mais de 500 mil pessoas perderam suas vidas dessa forma no país.

As vítimas em sua maioria têm um perfil: são homens, jovens negros. É o que mostra o estudo “Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014” (WAISELFISZ, 2014): “mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino” (WAISELFISZ, 2014, p. 9). Este Mapa apresenta também a existência de um padrão nas capitais brasileiras e no país como um todo, onde há uma queda na taxa dos homicídios entre brancos e o crescimento entre negros. Traz, ainda, o indicativo de que Porto Alegre é a sexta capital brasileira com maior taxa de homicídios entre jovens negros (192,2 a cada 100 mil) – um dado sociologicamente instigante se levado em conta o contingente da população negra na cidade³. Cabe ressaltar que a fonte de dados utilizada para a elaboração dos Mapas da Violência⁴ é a mesma utilizada no Atlas da Violência: o Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM – do Ministério da Saúde.

Portanto, concorda-se quando Jaime Alves (2011a) afirma, em artigo que trata sobre a desigualdade das mortes na capital de São Paulo, que necropolítica parece fazer mais sentido quando se trata de cenários observados em sociedades como a brasileira, porque “capta com mais precisão a centralidade da morte na experiência cotidiana dos negros” (ALVES, 2011a, p. 94). A morte de negros, sobretudo nas mortes violentas – e aqui estão incluídos os homicídios, é regra, não choca. Pertence a nossa rotina enquanto sociedade.

Mbembe destaca que essas situações em que “a exceção se tornou normal” não são exclusivas do contexto pós-11 de setembro, afirmando que existe uma raiz histórica muito profunda e é nesse sentido que traz a experiência colonial: “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão.” (MBEMBE, 2017, p. 130).

Assim sendo, é importante trazer, ainda que brevemente, a contribuição de produções que trazem dados e reflexões que evidenciam que a desigualdade

³ Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 79,23% da população de Porto Alegre é autodeclarada branca e 20,24% negra (pretos e pardos).

⁴ “Homicídios e Juventude no Brasil – Atualização 15 a 29 anos” e “Os Jovens do Brasil”, ambos de 2014.

experenciada pela população negra no Brasil atualmente não é recente. São resultado de uma estrutura e de violências históricas e constantes.

Ana Luiza Flauzina (2006) aponta que o fim da escravidão provocou uma mudança no status da população negra, antes mercadoria e agora parte constitutiva da sociedade brasileira, ainda que apenas formalmente. Com isso, o Estado teve que atualizar suas ferramentas para justificar que se evitasse inserir os negros efetivamente. Aqui entra, por exemplo, o racismo. Para Igo Gabriel Ribeiro (2017) o racismo, em geral, e o racismo científico sempre esteve atrelado ao sistema escravista, sendo que essa relação seguiu após a abolição. Afirma também que “a marginalização social das pessoas negras brasileiras foi provocada pelo sistema de divisão e hierarquização social com base nas teses biológicas que dividiram a espécie humana de acordo com os traços fenotípicos.” (RIBEIRO, 2017, p. 49)

Claudia Adão (2017), em pesquisa que analisa homicídios que vitimam a população negra em São Paulo, faz um retrospecto histórico a partir das políticas imigratórias que aconteceram no período pós-abolição da escravatura no Brasil. Segundo a autora:

A Lei de Terras e a Política Imigrantista foram criadas pelo Estado Brasileiro, prejudicando o acesso da população negra aos recursos da sociedade, fato denotador do caráter racista destas medidas, demonstrando um processo de discriminação racial brasileiro não limitado ao somente no discurso, mas consolidando-se através de Leis e Políticas Públicas. (DOMINGUES, 2005 apud ADÃO, 2017, p. 19).

A justificativa para estimular a entrada de imigrantes europeus, em detrimento de aproveitar a mão de obra dos negros recém libertos e assim contribuir para sua inserção na sociedade brasileira tinha, obviamente, conotação racista. Theodoro (2008 apud RIBEIRO, 2017, p. 50) coloca que a mão de obra dos negros era considerada “indolente e inapta para a relação assalariada, bem como para reforçar o projeto político de embranquecimento do país”.

Pode-se mencionar também o que ocorreu a partir da década de 1930, quando a mestiçagem começou a ser apropriada e incentivada por políticos e intelectuais brasileiros. Grande exemplo disso é a obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, que transmitia a ideia de que o Brasil se caracterizaria por uma harmonia entre as raças. É o mito da democracia racial: a ideia de que negros e brancos conviviam em perfeita paz. Nesse sentido, expressões culturais como

samba e capoeira foram vistos como positivos – ou seja, foram embranquecidos – e passaram a representar a nação como um todo (RIBEIRO, 2017).

Abdias do Nascimento, como coloca Alves (2008), entendia que essas “práticas de aculturação, assimilação e miscigenação realizadas pelo Estado brasileiro e suas elites tinham como objetivo liquidar a raça negra.” (ALVES, 2008, p. 16). Eram ferramentas sofisticadas do que Abdias nomeou como genocídio contra os negros no Brasil.

Porém, a tal democracia racial é uma falácia. Como as contribuições do povo negro à construção do Brasil enquanto sociedade foram embranquecidas para se tornarem palatáveis, não existe possibilidade de pertencermos ao “papel de cidadão ideal”. (ALVES, 2008). O negro é sempre encaminhado a se dirigir ao que interpretam como o nosso devido lugar: a subalternidade, ao apagamento, à invisibilidade.

A exclusão – e eliminação – dos indivíduos negros se legitimou e se legitima por meio da construção e difusão de estigmas que demonizam os corpos negros. Cabe aqui a colocação de Alves (2008) e que entende-se que tem relação com o uso que a necropolítica faz da construção de um inimigo que deve ser eliminado:

Afirmo que o estereótipo dos jovens negros como criminosos, feios, contaminados e perversos - e a percepção das mulheres negras como a fonte dessa ‘aberração’ - é a estratégia pela qual a dominação racial efetivamente ocorre na ‘democracia racial’ brasileira.⁵ (ALVES, 2008, p. 4, tradução minha).

O autor complementa sua posição, afirmando que a mídia também desempenha um papel bastante relevante para consolidar a imagem negativa que os homens negros carregam. Cita algumas estratégias de dominação desumanizadoras:

- 1) a deturpação de homens negros como criminosos naturais irreparáveis;
- 2) a patologização das comunidades de cor como lugares de criminalidade, perigo e medo;
- 3) a legitimação da violação direta e indireta dos direitos

⁵ Original: “I contend that the controlling image of young Black men as criminal, ugly, polluted, and evil — and the perception of black women as the source of that ‘aberration’ — is the strategy by which racial domination effectively takes place in Brazilian ‘racial democracy’”.

humanos promovida pelo Estado dentro da favela.⁶ (ALVES, 2008, p. 23, tradução minha).

Não surpreende, portanto, que mesmo que não exista “bases científicas para sustentar a maior inclinação dos negros para a violência e para o crime comparativamente aos brancos” (ADORNO, 1996, p. 288) se perceba que quanto mais cresce a população prisional no Brasil, mais cresce o número de negros presos (BRASIL, 2015). Também não é por acaso que o mesmo perfil de vítimas observado nos homicídios em geral no Brasil (homens, jovens e negros) também apareça como o perfil das vítimas das “mortes decorrentes de intervenção policial”. De acordo com o infográfico Segurança Pública em Números 2017 (FÓRUM, 2017) formulado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 ocorreram no País 4.224 mortes causadas por policiais civis e policiais militares em serviço e fora de serviço e 99,3% dessas vítimas eram do sexo masculino, 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negros.

Pesquisa realizada em quatro estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais) por Jacqueline Sinhoretto et. al. (2014) pormenorizam esse cenário e fornecem explicações acerca da seletividade racial existente tanto na abordagem quanto na letalidade policial. Os autores sustentam que:

Além da produção da desigualdade racial nos resultados da letalidade policial, a pesquisa constatou ainda que a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais, flagrando em maior intensidade suas condutas ilegais; ao passo que os brancos, menos visados, gozam de menor visibilidade diante da polícia quanto ao cometimento de atos criminais, sendo surpreendidos com muito menor frequência em sua prática. (SINHORETTO et. al., 2014, p. 132).

Sobre como os policiais constroem a “fundada suspeita”, no mesmo estudo afirmam que os policiais entrevistados não indicam a cor da pele como critério principal para definir se uma pessoa será ou não abordada. Entretanto:

Os “tipos sociais criminosos” são apontados através do “kit peba” no Distrito Federal, do hip hop em São Paulo e Minas Gerais e do funkeiro no Rio de Janeiro. Isto é o que configura o processo de racialização, pois associa características negativas a tipos e grupos sociais, criminalizando os comportamentos e as atividades econômicas, políticas e culturais dos

⁶ Original: “1) the misrepresentation of Black males as natural-born beyond-repair criminals; 2) the pathologization of communities of color as places of criminality, danger, and fear; 3) the legitimation of State’s directly and indirectly sponsored violation of human rights within the favela”

grupos negros, e em especial, aspectos específicos dos jovens negros. Não é apenas um processo de criminalização da vestimenta, da música, da cultura; é também uma criminalização das formas de manifestação política e cultural [...]. Assim, tais grupos constituem-se como principais alvos da ação policial, bem como dos efeitos negativos dela, como o abuso policial. (SINHORETTO et al., 2014, p. 137).

Em relação ao cenário encontrado no Rio Grande do Sul, conforme banco de dados disponível na sessão Estatísticas do site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, observa-se os seguintes números:

Tabela 1 – Mortes decorrentes de intervenções de Policiais Cíveis e Militares em serviço e fora de serviço no Rio Grande do Sul

2012	2013	2014	2015	Total
67	45	92	107	311

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar do Fórum Brasileiro de Segurança Pública não apresentar nenhuma análise com percentuais de características como raça/cor, sexo e faixa etária e tampouco disponibilizar microdados para tal, o estudo de Rodrigo Azevedo et. al. (2017) sobre denúncias de violência policial da cidade de Porto Alegre feitas ao Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da Defensoria Pública do Estado (DPE) do Rio Grande do Sul dá margem para interpretar que o que foi observado na pesquisa de Sinhoretto et al. (2014) também ocorre em Porto Alegre. Principalmente ao contrastar o achado de que 24% das vítimas que procuraram o centro eram autodeclaradas negras com o fato de Porto Alegre ter aproximadamente 20% da sua população autodeclarada negra⁷. Ademais, é preciso considerar que o medo das vítimas de sofrerem ameaças e represálias por parte dos agressores, como bem mencionam os autores, é algo presente e que serve como fator inibidor a essas denúncias. Tais denúncias, portanto, estariam muito provavelmente subnotificadas.

As preocupantes taxas de homicídios contra os jovens negros e o fato das polícias brasileiras serem, segundo Samira Bueno (2016), as que mais matam no mundo têm chamado também atenção de organizações internacionais. O relatório elaborado pela Anistia Internacional (2015) retrata a realidade da cidade do Rio Janeiro e expõe um cenário preocupante desta capital: dos homicídios praticados

⁷ Ou seja, há uma sobrerrepresentação de negros entre as vítimas.

por policiais no período de 2010 a 2013, 99,5% das vítimas eram homens; 79% eram negros; e 75% eram jovens de 15 a 29 anos. A Organização das Nações Unidas, por meio do “Relatório da Relatora Especial sobre questões minoritárias sobre a missão no Brasil”⁸ publicado no início de 2016, demonstrou preocupação afirmando que “é desconcertante que um número significativo [dos homicídios] seja perpetrado pelo Estado, muitas vezes através do aparato da polícia militar” (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2016, p. 10, tradução minha) e reforçou a ideia de Azevedo et al. (2017) ao colocar que testemunhas de assassinatos causados por policiais raramente vão à polícia para testemunhar por medo de retaliação. Ademais, em novembro de 2017 lançaram a campanha “Vidas Negras”, relacionada à Década Internacional de Afrodescendentes, pelo fim da violência contra jovens negros⁹.

No início de 2015, o Senado Federal instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os assassinatos de jovens no Brasil, contando com a colaboração de estudiosos sobre a segurança pública, militantes e familiares de jovens vítimas de homicídio. O relatório da CPI (SENADO FEDERAL, 2016) reforça ao longo do texto a responsabilização do Estado, seja pela sua ação direta ou por sua não ação no que tange aos homicídios de jovens negros. Argumenta-se no documento que os dados acerca dos homicídios permitem que se fale em “uma verdadeira política de extermínio da juventude negra no Brasil” e que ela “[...] se sustenta na ação do Estado, mas também em sua omissão no momento de prevenir tais situações e de restar silente e passivo em relação ao conjunto de flagrantes desrespeitos aos direitos humanos da juventude brasileira.” (SENADO FEDERAL, 2016, p. 80).

Retornamos a Mbembe (2017), agora com a ideia de guerra infraestrutural. Segundo o autor, trata-se de uma estratégia militar que quando executada “resulta na falência do sistema de sobrevivência do inimigo” (MBEMBE, 2017, p. 138). É dizer, para executar a necropolítica – a política de gestão da morte – o poder soberano não precisa necessariamente matar o seu inimigo de maneira direta (homicídio). Pode também utilizar outras técnicas que aproximarão seu inimigo da morte.

⁸ Título original: “Report of the Special Rapporteur on minority issues on her mission to Brazil”.

⁹ ONU Brasil lança campanha pelo fim da violência contra a juventude negra. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-lanca-campanha-pelo-fim-violencia-contra-juventude-negra/>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Um dos exemplos trazidos por Mbembe é a “degradação das capacidades sérvias” que aconteceu na Campanha de Kosovo. O que, menciona:

destruiu pontes, ferrovias, rodovias, redes de comunicação, armazéns e depósitos de petróleo, centrais termoelétricas, centrais elétricas e instalações de tratamento de água. [...] Os danos persistentes à vida civil são particularmente eloquentes. (MBEMBE, 2017, p.138).

Então como pensar na expressão da necropolítica no Brasil além das mortes escancaradas? Alves (2011b) defende que é interpretando a violência estatal em suas diversas formas. Para ele, a política de gestão da morte também se expressa em poucos serviços, em assistência falha, em expor ou deixar que determinada população continue exposta a riscos – ainda que já se saiba que riscos são esses e que certos grupos estão mais expostos a eles¹⁰. Os jovens negros antes de morrerem já estão inseridos na dinâmica dessa política. E as que ficam têm sua experiência dentro dessa dinâmica intensificada após suas perdas.

Além de, recapitulando, a população negra ter maior risco de ser vítima de homicídios em geral, homicídio entre jovens e de mortes provocadas por intervenção policial, ela também sofre com a morte de possibilidades. Apresentamos, por meio de alguns dados, outras expressões da necropolítica, que não a morte direta.

Porto Alegre – segundo relatório intitulado “Desenvolvimento Humano para Além das Médi”¹¹ formulado pelo PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA – é a cidade do Brasil que apresenta maior desigualdade entre negros e brancos. Dados do relatório mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da população negra é 18,2% menor que a população branca na capital gaúcha.

Outros dados apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹² pormenorizam o cenário de Porto Alegre. O percentual de analfabetos com 18 anos ou mais é de 4,87% entre negros e 1,79% entre brancos. Interessante é perceber que mesmo o acesso institucional à educação não ajuda muito a mudar esse cenário: o percentual de analfabetos com fundamental incompleto é de 5,51% entre negros e 1,98% entre brancos; e analfabetos com fundamental completo é 37,01% entre negros e 21,06% entre brancos. Findando os dados relativos à educação,

¹⁰ “[...] o Estado mata por deixar morrer” (ALVES, 2011b, p.109).

¹¹ Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>.

¹² Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/porto-alegre.

trazemos o percentual da população com ensino superior completo que também é desigual: 7,98% entre negros e 29,79% entre brancos.

Dados relativos a renda, mostram que a renda per capita entre negros é de 760,54 reais e entre brancos 2000,45 reais. Negros têm um percentual de 2,01% da população caracterizada como extremamente pobre, enquanto brancos têm 0,63%. Por fim, a diferença de percentual entre população caracterizada como pobre é 7,97% entre negros e 2,74% entre brancos.

Essas desigualdades, que são históricas, colocam as pessoas negras em condições de maior vulnerabilidade. Para Mbembe a necropolítica não se expressa apenas nas mortes explícitas (como é o caso dos homicídios dos jovens negros), mas também nessa morte de possibilidades. A colocação a seguir de Flauzina ajuda a resumir melhor essa ideia:

Do ponto de vista da distribuição espacial, o segmento negro está, portanto, cercado por essa rede de desestruturação que a partir de um processo de desencorajamento pessoal somado às poucas alternativas sociais de reprodução da vida em sociedade e das investidas efetivas sobre sua corporalidade, tem a morte como seu principal fundamento. (FLAUZINA, 2006, p. 102).

Agora recorre-se à ideia de “evento crítico” para pensar como os homicídios de jovens negros – uma das diversas expressões que a necropolítica pode ter – impactam na vida de pessoas que faziam parte do círculo da vítima fatal. Como já dito anteriormente, esse estudo parte de homicídios de jovens negros em Porto Alegre para observar como o sofrimento social pode se manifestar em mulheres negras – “as que ficam” - que eram familiares dessas vítimas. Nos próximos dois capítulos será melhor trabalhada essa ideia com a apresentação dos conceitos de sofrimento social e vítimas ocultas, além da análise das entrevistas das interlocutoras desta pesquisa. Porém é importante trazer de antemão o que se entende por evento crítico para que se explicita minimamente um fio condutor entre os homicídios até essas mulheres.

Tal noção foi proposta pela antropóloga indiana Veena Das. Nos ensaios presentes no livro *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*, a autora trabalha com acontecimentos que nomeia como tal tentando analisar “as várias transformações no espaço pelas quais as vidas das pessoas foram

levadas a terrenos novos e imprevisíveis¹³ (DAS, 1996, p. 5, tradução minha). Para Das, eventos críticos são aqueles que após acontecerem tem como resultado o surgimento de:

[...] novos modos de ação que redefiniram categorias tradicionais, como códigos de pureza e honra, o significado do martírio e a construção de uma vida heroica. Igualmente, novas formas foram adquiridas por uma variedade de atores políticos, tais como grupos de castas, comunidades religiosas, grupos de mulheres e a nação como um todo. (DAS, 1996, p. 6, tradução minha).¹⁴

De acordo com Carvalho (2008, p. 11), a autora indiana foca em atos de violência que provocam “[...] um ponto de inflexão tanto na vida daqueles que a sofreram diretamente, quanto na daqueles que são histórica e imaginariamente alcançados por ela”. Nesses eventos, coloca Das (1996, p. 6), diversas instituições como “família, comunidade, burocracia, tribunais, corpo médico, o Estado e corporações multinacionais” se cruzam.

Essa ideia tem sido útil para pensar o contexto brasileiro. Fábio Araújo (2012), em sua tese, analisou relações entre sofrimento, violência e política a partir de narrativas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado de pessoas no Rio de Janeiro. O autor entende os desaparecimentos como evento crítico que “[...] provoca rupturas e reorganizações das rotinas, das formas de vida, da relação com o trabalho, das relações no interior da família, e também gera adoecimento e mais mortes” (ARAÚJO, 2012, p. 36). Para ele, ainda que tal violência desorganize a vida desses familiares, ao redor dela “[...] também surgir laços de solidariedade a partir da dor e do sofrimento, produzindo novos vínculos sociais e circuitos de sociabilidade”. (ARAÚJO, 2012, p. 36).

Ana Paula Arosi (2013) pesquisou movimentos e associações de familiares de vítimas de violência letal no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul para investigar a construção social da ideia de vítima e a mobilização política a partir da articulação de sofrimento e dor. Entende a perda experienciada pelos seus interlocutores como evento crítico, afirmando que “marca sua subjetividade e seu corpo [dos familiares]”

¹³ Original: “[...] these various transformations in space by which people's lives have been propelled into new and unpredicted terrains.”

¹⁴ Original: “[...] new modes of action came into being which redefined traditional categories such as codes of purity and honour, the meaning of martyrdom, and the construction of a heroic life. Equally, new forms were acquired by a variety of political actors, such as caste groups, religious communities, women's groups, and the nation as a whole.”

(AROSI, 2013, p. 87) e que a militância que foi foco da sua dissertação destes familiares é uma consequência do sofrimento da perda.

Já no caso do estudo de Paula Lacerda (2012), o evento crítico analisado foi o “caso dos meninos emasculados”. Os fatos ocorreram entre 1989 e 1993 na cidade de Altamira, Pará. Os meninos de 8 a 15 anos, não somente foram vítimas de desaparecimento ou assassinato, mas também foram emasculados. Lacerda analisa, então, como tal caso se transformou em um caso policial e jurídico e como se tornou uma bandeira de luta para familiares de vítimas, religiosos e defensores de direitos humanos. Para tanto analisou diversas esferas, através, por exemplo, de entrevistas com familiares das vítimas e de análises de processos jurídicos relacionados ao caso.

Os acontecimentos interpretados como evento crítico nas três produções mencionadas anteriormente são acontecimentos violentos que definiram uma espécie de antes e depois na vida de quem os presenciou. E os sujeitos que fizeram parte dessas análises não são as vítimas, na falta de um termo melhor, “principais” dessas violências. Como procuramos exibir, Veena Das defende que o evento crítico continua reverberando e que não necessariamente para experienciá-lo é necessário tê-lo vivido.

Em alguns trabalhos (DAS, 1996, 2007, 2008a, 2008b, 2011), o evento crítico que a antropóloga indiana se baseou foi a Partição da Índia¹⁵, processo ocorrido em 1947. A autora deixa claro que seu objetivo não foi analisar a Partição perguntando às suas interlocutoras o que aconteceu ali, mas sim utilizar tal acontecimento como ponto de partida para compreender como a violência desse processo apareceu nas relações cotidianas. Como afirmou:

Dois grandes eventos ancoraram minhas reflexões etnográficas e antropológicas, mas o livro não trata desses eventos no sentido em que um historiador ou um psicanalista poderia interpretá-los. Em vez disso, narra a vida de pessoas e comunidades particulares profundamente enraizadas nesses eventos, e descreve a maneira como o evento se amarra aos seus tentáculos na vida cotidiana e se dobra nos recessos do comum. Minha atenção é captada neste livro tanto pelas possibilidades maiores dos

¹⁵ “[...] a guerra civil deflagrada no processo de independência da Inglaterra e que produz a separação entre Índia e Paquistão, colocando de lados opostos hindus e muçulmanos”. (CARVALHO, 2008, p. 13).

fenômenos quanto pela singularidade das vidas.¹⁶ (DAS, 2007, p. 1, tradução minha).

O esforço empregado neste trabalho vai nessa mesma direção. O objetivo não foi fazer um estudo sobre vitimização direta, analisando os homicídios de jovens negros ocorridos em Porto Alegre, mas sim se perguntar sobre como essa violência se inseriu na vida das entrevistadas. E, levando isso em consideração, é preciso desde já fazer a ressalva de que essa dissertação, perto do intenso trabalho etnográfico de Das que durou vários anos, é apenas um exercício.

Não se pretendeu, nem seria possível fazê-lo em uma dissertação de mestrado, debruçar-se de maneira detalhada no cotidiano das mulheres aqui chamadas de “as que ficam”. O contexto de violência no qual negras e negros estão inseridos exige que suas narrativas sejam escutadas e consideradas. Nenhuma interlocutora dessa pesquisa esteve presente nos homicídios. Mas enquanto familiares e enquanto pessoas que fazem parte de territórios onde homicídios compõem a dinâmica do dia a dia, esses atos violentos causam consequências em suas vidas. Ter isso em mente é elementar para compreender o que homicídios de jovens negros podem ter a ver com a experiência dessas mulheres.

¹⁶ No original: “Two major events have anchored my ethnographic and anthropological reflections, but the book is not about these events in the sense that a historian or a psychoanalyst might construe them. Rather, it narrates the lives of particular persons and communities who were deeply embedded in these events, and it describes the way that the event attaches itself with its tentacles into everyday life and folds itself into the recesses of the ordinary. My attention is captured in this book by both the larger possibilities of phenomena and the singularity of lives.”

3 SOFRIMENTO SOCIAL E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS

Violência tem a ver com sofrimento. Homicídios têm a ver com sofrimento. E ele chega não apenas para quem é a vítima “principal”/letal, mas para todos aqueles que fazem parte desse contexto.

A ideia de sofrimento social, como o próprio termo já dá pista, propõe ampliar a noção de sofrimento interpretando-o como uma experiência social. Direciona-se a compreender situações nas quais o sofrimento se relaciona a dinâmicas sociais e, portanto, trata-se de uma ideia útil para pensar nos efeitos que um contexto como o brasileiro, em que as taxas de homicídio são alarmantes e no qual as vítimas principais pertencem a um perfil bem definido (homens, jovens, negros), podem causar para quem permanece. Assim sendo, tal conceito e estudos sobre familiares de vítimas de mortes violentas – e nessa categoria estão incluídos os homicídios – ampliam a análise de questões relacionadas à violência, porque suas abordagens consideram elementar voltar o olhar para aspectos não tão explícitos dessa temática.

Arthur Kleinman, Veena Das e Margareth Lock (1997, p. x) entendem que o sofrimento social “arruína as conexões coletivas e intersubjetivas da experiência e prejudica gravemente a subjetividade”¹⁷ e que é produto do que o poder institucional, político e econômico causa aos indivíduos e como esses mesmos poderes acabam influenciando as respostas – soluções ou não – para os problemas que acabam resultando. Destacam também que tal sofrimento é atravessado por diversas áreas já que sua ocorrência pode ter a ver com questões relacionadas a saúde; questões legais; com a pobreza e, conseqüentemente, questões econômicas.

Para Carreteiro (2003) determinadas condições sociais, como privação de direitos ou exposição à violência, podem causar sofrimento àqueles que a elas estão submetidos. A autora argumenta que, como dizem respeito a um meio social compartilhado, sentimentos como culpa, humilhação e medo quando delas resultam configuram em um sofrimento que é social.

Um exemplo trazido por Emmanuel Renault (2010), ainda que seja relacionado a outro tipo de problema social, pode ser útil para ilustrar o que Kleinman, Das e Lock propõem. O autor fala de como pessoas que estão

¹⁷ No original: “[...] ruins the collective and the intersubjective connections of experience and gravely damages subjectivity.”

desempregadas há muito tempo podem experimentar sentimentos como vergonha e depressão. Vergonha pode ser pensado como uma sensação localizada no campo da vida privada de um sujeito, mas quando sua causa está fundamentada numa questão que é do âmbito social, acontece essa ruptura. Ademais, se considerarmos a depressão enquanto um efeito desse problema essa ruptura fica ainda mais evidente, visto que acaba se tornando uma questão de saúde pública.

Estudos sobre familiares de vítimas de mortes violentas acabam tendo relação com essa noção, porque têm um entendimento comum de que essas mortes não são fatos pontuais. Mesmo depois de praticados, eles continuam a repercutir na vida daqueles sujeitos que formavam parte do círculo social da vítima. Tal reverberação se reflete nos termos que empregam para se relacionar aos familiares: vítimas ocultas (SOARES, MIRANDA, BORGES, 2005; TEIXEIRA, 2016), vítimas indiretas (CARITÁ, 2010; OLIVEIRA, 2013; ACQUAVIVA, 2015; SONODA, 2016; LAGATTA, 2017) ou sobreviventes (MOURA, 2007; COSTA, 2015). Esses sujeitos, portanto, têm suas rotinas e vidas afetadas sofrendo as consequências destas perdas, sendo a família “[...] a primeira a sofrer o impacto da violência letal” (DOMINGUES; DESSEN; QUEIROZ, 2015, p. 71).

Interpretar mortes violentas como possíveis causadoras de sofrimento social e, deste modo, como algo que gera uma experiência coletiva, num cenário tão violento como o brasileiro faz ainda mais sentido ao se considerar a contribuição de Gláucio Soares, Dayse Miranda e Doriam Borges (2005). Os autores mencionam que existe dificuldade em precisar o número de vítimas ocultas, porém afirmam que “[...] uma estimativa conservadora nos daria três pessoas muito atingidas e outras tantas afetadas significativamente” (SOARES, MIRANDA, BORGES, 2005, p. 11).

Nesse sentido, cabe apresentar o que motivou a escolha de atentar-se aos relatos de mulheres que se encaixam nessa categoria de vítimas ocultas. Tatiana Moura, Rita Santos e Bárbara Soares (2010, p. 195), em colocação que pode complementar a ideia anterior, afirmam que “a violência armada marca, de forma diferenciada, a vida da população, e vai muito além de estatísticas oficiais sobre mortes e ferimentos com armas de fogo, reveladores dos impactos mais diretos dessa violência”. E seguem nessa esteira ao ponderarem sobre os homicídios no país:

No Brasil, tal como em outros contextos de violências armadas, são os homens que mais matam e morrem, em virtude do uso de armas de fogo. Esta tendência global faz com que, na maioria das vezes, quem sobreviva tente fazer frente à violência, desenvolvendo mecanismos e estratégias para recuperar a normalidade e restabelecer a paz e segurança. E o rosto de quem sobrevive é, frequentemente, feminino. (MOURA, SANTOS, SOARES, 2010, p. 202).

Tatiana Moura¹⁸ (2007) alega também que existe uma tendência de se analisar a realidade somente a partir do que é muito visível e, por tal motivo, acaba-se marginalizando outras experiências. Ela reforça a importância de que estudos considerem a forma como meninas e mulheres se inserem em contextos violentos por entender que tal esforço desempenha papel importantíssimo para compreender outros impactos da violência e também a forma como essas mulheres se organizam diante dela. Só assim, entende a autora, é que esforços para a promoção da segurança e prevenção de violências serão mais eficazes.

E é com a contribuição de Luciane Rocha (2012) que se justifica a escolha de focar em mulheres negras. Para a autora, é importante se debruçar sobre o que essas mulheres têm a relatar enquanto vítimas ocultas de homicídios por perceber que já que são os homens negros os mais vitimados, as mulheres negras são as que sofrem as consequências a longo prazo desta perda. Menciona, ainda, que é na luta por sobrevivência – que abarcam a reorganização familiar/financeira e na busca por justiça e reparação pelas vias judiciais – que sentem a ação do Estado.

Toca agora tratar de um aspecto que já foi de certa forma adiantado no que foi tratado até o momento: a estreita relação entre sofrimento social e o Estado, podendo este causar, intensificar ou amenizar tal fenômeno. Kleinman, Das e Lock (1997) afirmam que as respostas burocráticas que instâncias do Estado dão ao sofrimento social podem intensificá-lo, assim como políticas e programas públicos, ainda que com a intenção de manejar o sofrimento, também podem acentuar a “miséria humana”. Uma justificativa disso seria a pouca importância que dão às formas como esse sofrimento se materializa no cotidiano. Phillip Darby (2006, p. 467) concorda com estes autores, mas destaca “[...] que o Estado pode ser um agente – e um agente importante – para dar esperança e apoio às comunidades afetadas”.

¹⁸ Em seu estudo intitulado “Rostos Invisíveis Da Violência Armada: Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, a autora não fala apenas da experiência de mulheres familiares de vítimas de violência armada. Ela fala também de mulheres e meninas no papel de autoras de crimes e enquanto vítimas “diretas” da violência.

O Estado desempenha função de causador de sofrimento social às vítimas ocultas/indiretas quando figura como responsável direto por essas mortes. É o caso do estudo de Pedro de Oliveira (2013) que analisa as reações e respostas de famílias negras diante de homicídios cometidos pela polícia militar em Salvador. Oliveira acompanhou seus interlocutores no que chamou de “ritualização pública da vitimização”, que representa a busca pela justiça formal por parte destes familiares. Trata também da forma como os familiares souberam da ocorrência da morte da vítima para, seguidamente, analisar como essa perda se desdobrou em suas vidas.

Fábio de Araújo (2012) abordou a experiência de familiares de vítimas de desaparecimentos forçados no Rio de Janeiro, porém cabe a ressalva de que nem todos os desaparecimentos tratados nesta pesquisa eram de responsabilidade do Estado – policiais e milicianos. O autor discutiu as relações entre violência, sofrimento e política a partir das narrativas de familiares dessas vítimas e se dedicou a analisar como o sofrimento e as emoções eram mobilizadas em torno do que nominou de gramáticas políticas e morais pelos familiares. Sua análise, portanto, deu-se com pessoas que estavam minimamente mobilizadas politicamente, estando alguns de seus entrevistados vinculados à Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência.

A investigação de Pedro Lagatta (2017), situada na área da Psicologia, também tratou do Estado enquanto causador de sofrimento a familiares de vítimas de violência. O autor debruçou-se em vivências de indivíduos que tiveram um familiar (irmãos ou filhos) vitimado pela polícia militar na capital paulista nas chamadas “resistências seguidas de morte”, a fim de compreender como violência policial e violência judicial se articulam e causam sofrimento psíquico a essas pessoas. Ele coloca que a atuação do sistema de justiça criminal apresenta entraves que impossibilitam a solução destes casos.

Os fatores que aparecem nos exemplos acima têm relação com os momentos nos quais o Estado desempenha papel de intensificador do sofrimento social. São aquelas situações em que as famílias, além de lidar com a já natural e esperada dor da perda, ainda precisam lidar com experiências que acabam agravando-a. Materializa-se nos trâmites burocráticos, nas idas e vindas nas delegacias, nos procedimentos jurídicos, no processo de reconhecimento do corpo. É o que Kleinman, Das e Lock falam sobre as respostas burocráticas ao sofrimento.

Essa função de intensificador tem relação com a ideia de revitimização. Daniella Costa (2015) entende que a revitimização ocorre em situações que atuam como potencializadores do sofrer dessas vítimas, ou seja, situações que podem dificultar a recuperação destas pessoas em relação às suas perdas. Concretizam-se, por exemplo, na falta de espaços especializados de apoio a essas vítimas e na falta de tato empregada por representantes da burocracia na hora de tratar com os familiares.

Contribuições de trabalhos sobre familiares de vítimas de homicídios mostram que isso ocorre com bastante frequência nos encontros dos familiares com as instâncias jurídicas. Teixeira (2016) fala que os membros da família de um jovem que foi assassinado se sentem perdidos por não terem orientação de advogados nem de assistentes sociais, ainda que tenham prestado depoimento na delegacia e que o caso estivesse aos cuidados da Defensoria Pública. Valterci Vieira (2009) e Aline Almeida (2013) falam que a sensação de impunidade e a lentidão dos processos de investigação e judiciários causam sentimento de injustiça, de impotência e de revolta nos familiares. Esses indivíduos chegam a relatar que sentem que existem duas justiças: uma mais eficaz que é de serviço dos mais ricos e outra que é permeada por descaso e se destina aos mais pobres, aos negros. Não raro os autores nomeiam esses percursos entre polícia, ministério público, etc., como peregrinação, porque é algo repleto de devoção, mas penar.

A falta de esclarecimentos também se reproduziu no campo de Caritá (2010). A autora fala que o despreparo e a desumanização dos serviços das instituições fazem com que os familiares sejam orientados a ir em lugares que não deveriam, a procurar alguém ou providenciar um documento sem nem ter noção do que está sendo solicitado. Esse percurso acaba sendo, nas palavras dela, “desprovido de sentido, alienado e alienante, ao qual não se sentem pertencentes, mas gostariam e deveriam ser”. (CARITÁ, 2010, p. 33)

Araújo (2012) menciona que as narrativas dos familiares sobre essas peregrinações são pautadas na humilhação. Izildete, uma das interlocutoras do autor, dá alguns exemplos:

[...] os policiais ficam “fazendo hora” com ela, somem com seus documentos, dão informações erradas e se negam a fazer o serviço que caberia a eles fazer, repassando a responsabilidade para a própria denunciante. Os policiais a orientam a desistir de procurar o filho. Tudo isso

produz um sentimento de impotência e quase certeza da impossibilidade da justiça. (ARAÚJO, 2012, p. 124).

Familiares assumindo o papel que deveria ser das instâncias do Estado também aparecem na fala de outra interlocutora de Araújo. Uma mãe que teve o filho desaparecido e que depois de um tempo encontrou a cabeça do filho no Instituto Médico Legal (IML) falou que foi uma luta conseguir fazer um exame de DNA para identificar o filho.

Diante de tamanhas dificuldades, não é de surpreender que um encaminhamento encontrado pelas famílias seja o de “entregar tudo nas mãos de Deus” (OLIVEIRA JR, p. 48) A “dor da impunidade” (ALMEIDA, 2013) faz com que se fiem na justiça divina para dar uma solução às suas perdas que não foi possível encontrar na “justiça dos homens”.

Cabe mencionar que a revitimização não está ligada só ao Estado, outros aspectos também atuam para sua ocorrência. Pode-se dar a partir da propagação dos estigmas que as vítimas de homicídio carregam e que as suas famílias também carregam. É o caso de Leonardo de Sá, Hosana Rodrigues e Deiziane Aguiar (2014), que identificaram na sua pesquisa, sobre as mães da periferia de Fortaleza que tiveram filhos vitimados por homicídios, essa percepção. Os autores perceberam que a rotulação de seus filhos enquanto sujeitos de menor valor as atingiam, porque o entorno as percebiam enquanto responsáveis – direta ou indiretamente – pelo envolvimento dos filhos em alguma experiência violenta e elas próprias acabavam se percebendo enquanto tal.

No mesmo sentido, tem o que Caritá (2010) identificou. A autora fala que as vítimas diretas não raro são consideradas marginais: “são pobres e negros e, portanto, “bandidos”, faziam algo “errado” e por isso foram mortos” (CARITÁ, 2010, p. 37) Para ela, essas características que as vítimas diretas adquirem após suas mortes acaba virando um fardo e uma responsabilidade para seus familiares.

E, por fim, maneiras de o Estado atuar como amenizador do sofrimento social seriam por meio de iniciativas que sirvam de apoio aos familiares. Teixeira (2016), Acquaviva (2015), Costa (2015) e Caritá (2010)¹⁹ mencionam em seus trabalhos a atuação do Centro de Referência e Apoio a Vítima (CRAVI). Trata-se de um programa estadual de São Paulo que oferece atendimento gratuito a vítimas e

¹⁹ Inclusive foi a partir da experiência de atendimento no CRAVI que Caritá realizou sua pesquisa.

familiares de vítimas de crimes violentos. Tem uma equipe interdisciplinar que faz o acolhimento dos assistidos e os encaminha para uma rede de serviços possam suprir as suas demandas²⁰.

Lagatta (2017) reitera que tais iniciativas são importantes para pessoas que vivem as consequências da perda de um familiar por uma morte violenta, como o homicídio. O autor diz que ter acesso a assistência em saúde, sobretudo a saúde mental, é um direito que comumente é negado. Coloca que:

As melhores formas e dispositivos de se cumprir com esse dever devem ser determinadas apenas após uma escuta detida de vítimas e suas necessidades, considerando, inclusive, que há algo de irreparável em sua experiência, que as marcará indefinidamente e, através delas, toda a nossa sociedade. (LAGATTA, 2017, p. 141).

Esta dissertação difere-se dos esforços que autores como Almeida (2013), Araújo (2012), Arosi (2013), Gonçalves (2012), Oliveira (2013) e Rocha (2012) fizeram em suas produções. Tais autores utilizaram como material de análise de seus trabalhos experiências de familiares que tinham uma articulação, ainda que mínima, em torno da categoria “familiar de vítimas de violência”. Falam de pessoas que se mobilizaram em torno de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, pessoas que participavam de atos públicos e manifestações pela memória e pela justiça dos crimes que resultaram na morte de seus familiares.

O esforço aqui foi outro, muito em virtude do que se encontrou em campo em Porto Alegre. Ao tratar de mulheres negras familiares de jovens negros que foram vítimas de homicídio na capital na gaúcha, não foram identificados movimentos que se articulam em torno desta categoria.

Inspirando-se na importância que Das dá em analisar o cotidiano, não objetivou-se nesta dissertação se dedicar a compreender como e porque essas familiares se organizam politicamente ou não. Preferiu-se voltar o olhar para as formas como o sofrimento social se expressou nesses relatos e quais foram as reações empregadas por essas mulheres a ele. Como será visto no próximo capítulo em que é feita, além da apresentação das entrevistadas, a análise do campo, a mobilização social até apareceu para algumas como uma forma de reação. Mas

²⁰ Mais informações sobre o CRAVI no site da Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo de São Paulo, disponível em <http://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/centro-de-referencia-de-apoio-a-vitima/>.

houve a intenção de explicitar as outras possíveis respostas que foram mobilizadas pelas interlocutoras desta pesquisa como uma alternativa a seguir a vida adiante.

É possível que essas outras formas de responder e reagir às suas perdas sejam consideradas muito simples ou sem importância. Porém, antes de deixar-se cair nesta interpretação é preciso lembrar do que os trabalhos sobre familiares de vítimas de violência tem destacado. Araújo (2012, p. 44) afirma que “o sofrimento provocado pela violência molda as experiências cotidianas” e Santos (2008) percebeu que os familiares relatam que suas vidas perderam sentido após a morte de um familiar em circunstâncias violentas.

Diante disso, recorre-se a Das. A autora entende que é necessário fazer o exercício de “descer ao cotidiano”, pois é nele onde se pode encontrar as respostas de como os indivíduos interpretam e lidam com eventos violentos que essa investigação se baseia. Sobre seu estudo e sobre sua escolha de olhar ao cotidiano afirma:

No hay aquí pretensión alguna de un grandioso proyecto de recuperación, sino, simplemente, la pregunta acerca de cómo pueden realizarse las tareas cotidianas de sobrevivir –tener un techo para cobijarse, ser capaz de enviar sus hijos a la escuela, ser capaz de realizar el trabajo de todos los días sin el temor constante a ser atacado–. Encontré que la construcción del yo no estaba ubicada en la sombra de algún pasado fantasmal, sino en el contexto de hacer habitable la cotidianidad. (DAS, 2008c, p. 160).

Para Barreto (2007), estudar sofrimento social é fazer esse exercício proposto por Veena Das. Para a autora, é a importância dada ao que é frequentemente interpretado como – e menosprezado por parecer – “normal” ou não social que permite que questione “não apenas os atos de violência explícita, mas as violências mais invisíveis causadas por instituições como, por exemplo, a ciência, os meios de comunicação e o estado.” (BARRETO, 2007, p. 9).

Tendo isso em vista, antes de prosseguir, é preciso fazer uma ressalva. Não se pretende afirmar que neste trabalho se conseguiu apreender o cotidiano, dizer isso seria pretensioso demais. O trabalho de Veena Das, como a própria autora reconhece, faz uso de uma metodologia que não é muito comum. São trabalhos de campo longos, ela acompanha seus interlocutores por um considerável período de tempo e só esse aprofundamento no campo é que viabiliza que se perceba algumas singularidades na vida de quem ela se dedica a investigar. Porém, entendeu-se aqui que mesmo não sendo possível reproduzir esse método em uma pesquisa curta

como é o caso de uma pesquisa de mestrado, tal esforço valeria a pena. É também nesse sentido que tem-se afirmado ao longo da escrita que esse trabalho é uma espécie de exercício. É uma tentativa de olhar ao cotidiano, é um exercício de olhar para realidades e questões ainda pouco exploradas.

4 A REALIZAÇÃO DO CAMPO E AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Essa seção está dedicada para apresentar a forma como se deu o trabalho de campo, como chegou-se até as entrevistadas e quem são elas. Além disso, estão descritas aqui algumas dificuldades enfrentadas nesta etapa e a análise dos dados fornecidos pelas interlocutoras da pesquisa.

Destaca-se que todas as entrevistadas e as pessoas que aparecem em seu relato tiveram seus nomes trocados visando a cumprir com o acordo estabelecido de preservar suas identidades. As únicas exceções neste sentido são de Bruna e Mãe Paty, que ao serem questionadas se queriam ter seus nomes preservados responderam negativamente e solicitaram que aparecessem aqui identificadas com seus nomes reais. Ademais, por sugestão dos membros da banca de defesa da dissertação, o nome dos bairros onde as interlocutoras moram foram trocados por nomes fictícios para também preservá-las.

Primeiros passos

Realizar o trabalho de campo foi uma tarefa extremamente difícil. As primeiras dificuldades se deram em relação a conseguir pessoas que se dispusessem a ser interlocutoras da pesquisa. Diferente de Almeida (2013) que recorreu às redes sociais para contatar familiares de vítimas e conseguir entrevistas, não foi cogitado fazer o mesmo. A temática da dissertação é de extrema delicadeza e julgou-se que essa seria uma estratégia pouco sensível de contatar as pessoas, podendo servir como disparador de mais sofrimento.

Tal preocupação em querer evitar ao máximo um acesso irresponsável às entrevistadas esteve presente desde o início do curso de mestrado e se intensificou após o exame de qualificação. A pesquisa tinha também como objetivo fazer um trabalho responsável que fizesse sentido também àquelas pessoas cuja participação seria essencial para o seu desenvolvimento. Um encaminhamento, então, encontrado a essa questão foi de usar pessoas negras que trabalhem em instituições ou atuem em movimentos sociais como intermediadoras. As mulheres entrevistadas de certa forma tem uma rede de apoio, ainda que não institucional/oficial, e não estariam completamente desamparadas após as entrevistas.

Esses esforços foram feitos desde o início de 2018. Comuniquei-me com pessoas que atuavam em movimentos sociais buscando contatos. Dessa forma, conseguimos e-mails e/ou telefones de pessoas que atuavam majoritariamente na área de assistência social como psicólogos e educadores sociais, além de alguns contatos com movimentos. Alguns sequer responderam; outros responderam, mas não prosseguiram o contato.

Em abril de 2018 por intermédio de uma conhecida de uma amiga, conheci uma pessoa que compõe a Associação de Mulheres Unidas do Morro da Polícia (AMUE) de Porto Alegre. Conversamos sobre o que eu pesquisava, ela demonstrou interesse e fui convidada para fazer uma roda de conversa sobre o meu tema de pesquisa em uma atividade organizada pela Associação. A atividade era alusiva ao Dia das Mães e por esse motivo busquei orientar esse encontro com uma abordagem não tão direta para falar da minha pesquisa.

Depois de me apresentar e apresentar minha ideia de pesquisa, sugeri que compartilhassem o que entendiam que era ser mãe, quais eram os desafios da maternidade, até que ponto a violência era uma preocupação para elas e, por fim, se elas queriam compartilhar alguma história relacionada ao que estávamos conversando. A roda de conversa, que começou quase duas horas após o horário previsto, foi um pouco mais rápida do que se planejava, porque as pessoas demoraram a chegar nas atividades organizadas.

Interpreta-se essa experiência de duas formas: como uma entrada e como uma não entrada no campo. Foi uma entrada, porque foi possível sentir na prática que abordar questões sobre violência seria muito mais difícil do que qualquer planejamento poderia prever, inclusive a dificuldade pessoal e as emoções que a própria pesquisadora vai sentindo durante o processo. Portanto, foi uma experiência válida para “quebrar o gelo”.

Acabou sendo também uma não entrada, porque nenhum caso abordado na conversa se encaixou no perfil procurado. Uma senhora relatou sobre o assassinato do marido, que não era jovem. E uma outra moça falou sobre o primo, que morreu em um assalto (ou seja, latrocínio e não homicídio).

Mas não deixou de ser interessante porque se pode identificar nas duas falas as diferentes formas e etapas de vivenciar o luto e as consequências de uma morte violenta. A senhora relatou sobre a revolta do filho depois da morte do pai, sobre as diferentes "ofertas" que recebeu para vingar a morte do marido, sobre o fato de se

sentir fraca ainda dois anos depois da perda, relatou que teve que se mudar com a filha para depois conseguir se organizar e voltar a morar sozinha.

A moça falou que não consegue ficar triste pela morte do primo, porque ele era muito “correto e feliz”. Que sempre que começa a se sentir mal pelo acontecido lembra do sorriso e das boas lembranças que ela e quem convivia com ele guardam. E que vê no filho dele a presença dele no hoje.

No fim da atividade a moça da AMUE que me convidou para a atividade me apresentou a uma moça que, segundo ela, poderia me ajudar bastante. Conversamos, trocamos telefones e combinamos que eu entraria em contato com ela por mensagem. Deixei passar alguns dias da atividade, contatei-a, a mensagem foi visualizada e não tive retorno. Algo semelhante aconteceu também com o meu contato da AMUE. Apesar dela ter dito que havia gostado muito da roda, que gostaria de ter o contato mantido e de me convidar para outras atividades, também não seguimos em contato. Retomei contato enviando as fotos que havia tirado no evento, mandei mensagens e não tive retorno.

Zona Leste I – A entrada efetiva em campo

No final de junho de 2018 consegui contato com uma de uma forte liderança já falecida da Vila Limoeiro, Zona Leste de Porto Alegre. Conversamos sobre meu trabalho, sobre a minha dificuldade de ir a campo e ela sugeriu que eu fosse a uma ONG, cuja criação teve forte contribuição de sua mãe. Foi dessa forma que iniciei de fato o meu trabalho de campo.

A instituição, criada na década de 1990 por um coletivo de mulheres da Vila Limoeiro sob liderança de sua mãe, começou suas atividades apenas com um Galpão de Reciclagem, atualmente conta com o Centro Cultural e com uma Escola de Educação Infantil que atende crianças da região. O Centro oferece diversos serviços relacionados à educação, cultura, lazer e assistência social, jurídica e psicológica.

Fui orientada a procurar a psicóloga do Serviço de Atendimento às Famílias do Centro, porque seguramente encontraria muitas mulheres no perfil que eu buscava. No dia 27 de junho marquei uma conversa com a psicóloga do Centro e expliquei sobre as intenções da minha pesquisa. Ela reiterou dizendo que achava que muitas mulheres trabalhadoras do Galpão de Reciclagem se encaixariam no

perfil de entrevistadas que eu buscava, citou alguns casos que lembrava e disse que ia conversar com a coordenadora do Galpão.

Alguns minutos depois a coordenadora do Galpão volta de braços dados com uma senhora e nos diz: “A Clô aceita conversar. Fala com ela!”.

Depois de vários contatos frustrados e achando que apenas conversaria com a psicóloga do Centro, eu fui sem gravador, sem roteiro, sem ter me preparado de fato para fazer uma entrevista. Reconheço... Foi um erro. Tinha um caderno, mas não quis usá-lo pois senti que poderia me afastar daquela senhora.

A psicóloga do Centro fez uma introdução, disse que eu estava lá por interesse de estudo, perguntou se ela aceitaria conversar comigo sobre determinadas questões relacionadas ao filho dela e ela disse que sim. Nesse primeiro momento dona Clô estava muito calada, só respondia com frases curtas e balançando a cabeça, mas assim que lhe foi concedida uma narrativa mais livre ela se soltou.

Conversamos por volta de 30 minutos. Perguntei se ela aceitaria conversar comigo algum outro dia com mais tempo. Ela disse que sim. Combinamos dois dias depois e eu agradei a disponibilidade dela. Ela me respondeu com uma frase que ainda hoje mexe muito comigo: “De nada, é bom saber que a nossa história triste serve pra ajudar alguém”.

Voltei no dia combinado. Conversando com a psicóloga, ela me colocou à disposição a sala e a presença dela nas entrevistas. Achei isso ótimo, pois também responde a uma das minhas preocupações. Eu não sou da área da saúde, não tenho uma escuta qualificada a ponto de identificar algumas questões mais graves. A presença dela me deixou segura que caso algo “saísse da curva” ela poderia intervir.

Ela estava junto da assistente social do Centro e disse que identificou na fala de dona Clô uma necessidade muito grande em compartilhar essa dor. Fez-me a proposta de para mais adiante organizarmos no próprio centro um grupo, uma roda, um espaço de troca sobre questões vinculadas a esse tipo de perdas decorrentes de violência. Na nossa última conversa pessoal, que aconteceu no fim de 2018, conversamos mais sobre, mas ainda não definimos como vai ser a configuração desse grupo. Ficou combinado que no fim do mestrado voltaríamos a conversar.

Neste dia que regressei para entrevistar a Dona Clô, surpreendi-me. Mais duas mulheres haviam aceitado ser entrevistadas. Foi uma surpresa, não havia me

preparado para isso. As entrevistas foram díspares: uma durou cerca de uma hora, outra cerca de 30 minutos e uma outra em torno de 15 minutos.

Essas foram as únicas entrevistas em que pude de fato utilizar um roteiro. Primeiramente me apresentava, dizia sobre o que consistia o meu estudo, que entendia que era uma situação delicada, mas que gostaria de saber se elas aceitariam compartilhar um pouco de sua história comigo. Em seguida, pedia permissão para gravar as entrevistas. Quando elas davam o ok, eu gravava o áudio delas e começava a seguir o roteiro. A escolha de fazer um “termo” verbal e sem assinaturas, pareceu-me o melhor encaminhamento. Fazia pouco sentido neste contexto pedir que assinassem o nome para que o anonimato fosse garantido e fazer isso poderia representar uma nova violência ou algo passível de desconfiança.

Antes de iniciar a entrevista, eu me apresentava. Falava que minha pesquisa era sobre mulheres negras familiares de jovens negros que foram vítimas de homicídio em Porto Alegre. Que eu sabia que se tratava de uma situação delicada e que também vivenciei uma perda semelhante de um familiar. Não entrava em detalhes, para que minha história não fosse protagonista, mas também sentia que devia fazê-lo para que não me interpretassem como alguém que objetificasse suas difíceis trajetórias por mero interesse acadêmico. Entendo que ajudou, as três se mostraram surpresas após eu relatar isso e para algumas representou um dos poucos momentos de contato visual.

Com elas utilizei o seguinte roteiro:

- 1) Pedir que se apresentassem;
- 2) Pedir que apresentassem o jovem negro falecido: como ele se relacionava com a família, como foi a infância e adolescência dele, se ele trabalhava, se tinha filhos ou companheira;
- 3) Pedir que contassem como souberam da morte dele;
- 4) Como entendiam que essa perda marcou as suas vidas: algo mudou na rotina? Receberam algum apoio? Como lidaram com essa dor?;
- 5) Por fim, era apresentada a proposta feita pela psicóloga de fazer um espaço de escuta para pessoas que tenham tido uma perda violenta e perguntado o que elas achavam sobre isso.

Apresento a seguir, as três mulheres entrevistadas nesse Centro: Maria Eduarda, Dona Clô e Dona Rosângela.

Maria Eduarda: “Eu posso dizer que não foi tão sacrificante, tão doído”

Maria Eduarda é trabalhadora do Centro, porém, diferente das outras duas entrevistadas, não é trabalhadora do galpão de reciclagem. Tem um cargo de coordenação, atua numa área administrativa e é filha de uma das criadoras do Centro. Tem 42 anos e tinha 19 anos quando Tadeu, seu então companheiro, foi vítima de homicídio. Ele tinha aproximadamente 29 anos.

O relato de Maria Eduarda foi rápido. Entendo que uma entrevista que tenha durado cerca de 15 minutos tenha limitações, entretanto entendo também que o que disse é importante de ser apresentado e analisado. Em pouquíssimos momentos estabeleceu contato visual comigo e passou todo o tempo mexendo na sua xícara de café. Parecia inquieta.

Assim como as outras duas entrevistadas, foi criada e vive na Vila Limoeiro, localidade a qual se refere como “comunidade”. Diz que Tadeu, o então companheiro, era também um morador de lá e que a família dele era e segue sendo muito conhecida na região. Eles eram casados há quatro anos e se conheceram na comunidade.

Ao fazer seu relato, diz que atualmente a vila é violenta, mas que antigamente – na época do homicídio – era muito mais. Justifica sua posição dizendo que antigamente qualquer discussão, qualquer desentendimento era motivo das pessoas “brigarem de verdade”: “de inclusive cometer assassinatos, né?”, diz ela.

Sem entrar em grandes detalhes, afirma que esse foi o motivo da morte de Tadeu. Ele se desentendeu com outro morador da comunidade, morador que já o conhecia de longa data e devido a esse desentendimento acabou sendo assassinado.

Nos poucos minutos de entrevista, pareceu que queria deixar bem evidente que interpreta sua experiência de maneira distinta das demais. Chegou a afirmar que apesar da perda de um companheiro causar uma dor, acredita que essa seja muito menor “do que tu perder um familiar próximo, como uma mãe, como um filho”. Diz que se fica triste, mas que é possível reconstruir a vida.

Apenas em um momento muito breve falou que a morte de Tadeu foi “bem impactante”. Mas logo em seguida sinaliza a diferença da sua experiência quando menciona o apoio que teve da família, dos amigos e dos trabalhadores do Centro. Afirma que muitas mulheres na vila acabam sofrendo muito mais do que ela quando

perdem seus companheiros, porque não têm todo o apoio que ela teve. Para ela, sua experiência não foi tão doída.

Dona Clô: “É bom saber que nosso sofrimento serve pra ajudar alguém”

Dona Clô tem 50 anos. É trabalhadora do galpão de reciclagem há quatro meses, mas, segundo ela, o vínculo é de muito mais tempo, tendo diversas idas e vindas trabalhando lá. Seu filho Ismael desapareceu no dia 30 de dezembro de 2016, ele tinha 18 anos.

Ela tem cinco filhos – três estão vivos e um faleceu antes de Ismael – e duas filhas. Segundo relata, este outro filho era esquizofrênico, “teve um ataque de fúria” e teve um AVC com 23 anos. O rapaz teve sequelas, teve de fazer uso de cadeira de rodas e viveu sob seus cuidados até os 28 anos, quando faleceu.

Ela diz que os três filhos vivem com ela: Jader – o mais novo, Elias – o mais velho – e Joca. Diz que Jader e Elias nunca “incomodaram”, que sempre foram maravilhosos. Parece apresentar um porém quando fala de Joca, mesmo sem dizer detalhes, mas acaba dizendo que ele está bem agora.

Dona Clô foi com certeza a entrevistada que mais detalhes concedeu em seu relato. Quando agradei o aceite dela em me encontrar outro dia respondeu: “*De nada. É bom saber que nosso sofrimento serve pra ajudar alguém*”.

Nosso segundo encontro durou cerca de uma hora e meia. No início se mostrou um pouco tímida, constrangida, mas não demorou muito tempo para fluir a conversa. Sua fala era atravessada, rápida. Demonstrou algo que parecia ser uma necessidade de falar sobre o desaparecimento do filho.

Iniciou falando de Ismael com um tom de quem invoca a memória da maternidade:

Ele nasceu de uma gravidez de 42 semanas e 6 dias com 4kg e 440 gramas, 53cm. E sempre foi enorme de grande, sempre foi de um tamanho descomunal, sempre foi enorme e bem quietinho, não ria.

Na sequência dessa invocação à memória, Dona Clô já fala da condição do filho. Ela disse que percebeu que o menino tinha “algum tipo de problema” quando ele tinha 6 anos e começou a ir na escola. Foi encaminhado ao psicólogo e com 11 anos foi encaminhado ao psiquiatra. Diz que as coisas foram se agravando, que

Ismael começou a fugir de casa, mas que sabia aonde encontrá-lo: onde tivesse videogames. Ele adorava.

O menino começou a tomar medicamentos, ela relata que antes de falecer ele chegou a tomar 10 remédios. Ismael foi diagnosticado com esquizofrenia, assim como o irmão, quando era adolescente. Ela diz que ele começou a ficar violento, que ir ao médico era uma grande luta, porque ele não obedecia. Ela conta que foi ameaçada diversas vezes pelos “bandidos da vila” quando tentava levar o filho ao médico, isso porque o rapaz gritava demais pela rua quando tinha consulta médica e os bandidos não gostavam dessa “bagunça”.

Dona Clô diz que Ismael também tinha transtorno bipolar: que ele às vezes *“tava numa boa, daqui a pouco ele tava numa ruim”*. E que foi nessas instabilidades que o garoto começou a *“aprontar um monte de coisa na Vila”*. Houve um momento em que Ismael em meio a esses, como nomeia Dona Clô, “ataques de fúria” tentou estrangular uma irmã. Dona Clô foi orientada a fazer um Boletim de Ocorrência para que o garoto fosse “controlado”. Relata que ficou com medo do que o comportamento dele podia resultar e que essa pareceu uma forma de protegê-lo. Ele foi abrigado, a justificativa da medida, como relata, foi o fato de ela não conseguir levá-lo no médico e que, por isso, ele não recebia um tratamento adequado. Porém, Dona Clô relata que Ismael começou a ficar ainda mais agressivo no abrigo. Que ele arranjava brigas e começou a quebrar coisas. Foi quando quebrou o videogame e a TV, que a administração do abrigo fez um boletim de ocorrência do menino.

Como pena, ele teve de prestar serviço comunitário e foi, segundo ela, no último dia de serviço que ele desapareceu e não apareceu mais. No dia 30 de dezembro de 2016.

Dona Clô relata que o abrigo era em um bairro da Zona Sul e que os criminosos do seu bairro sinalizavam que o lugar onde Ismael ia tinha, nas palavras dela, *“um outro tipo de gangue, eu sei lá eu o que é, a gente nem entende direito”*. Começaram a dizer que Ismael pertencia a esse outro grupo rival, porque ficava de segunda a sexta neste bairro. Indo somente aos finais de semana para casa. Ismael começou a receber algumas ameaças até que desapareceu.

Chama atenção no relato de Dona Clô que embora se trate de um caso de desaparecimento, ela na maioria das vezes faz menção como se fosse um homicídio já comprovado. Talvez o que explique isso, seja o fato de que ela tentou investigar o paradeiro do filho. Ela relata que recorrentemente foi à delegacia conversar com o

delegado responsável pelo caso. Postou em uma página do Facebook chamada “POA 24 horas”, que compartilha denúncias e notícias policiais de Porto Alegre e Região Metropolitana, perguntando se alguém tinha alguma informação sobre Ismael. Após sua postagem, publicaram um vídeo de Ismael sendo torturado, mas sem nenhuma explicação de onde estaria e do que aconteceu. Ela relata que a imagem era horrível e que teve certeza ali de que ele estava morto.

Dona Rosângela: “Foi bom conversar, tá?”

Encerrei a tarde de entrevistas com Dona Rosângela. Ela é uma senhora de 55 anos também trabalhadora do galpão de reciclagem. A entrevista foi relativamente rápida, cerca de meia hora. Assim como Dona Clô, também parecia constrangida. O olhar permaneceu cabisbaixo durante todo o momento e só em alguns momentos muito específicos estabelecia contato visual.

Ela tinha 41 anos quando o filho de 21 anos foi vítima de homicídio. Nicolas morreu com um tiro na cabeça, a mãe relata que até hoje não sabe quem foi responsável e nem quer saber. É mãe de seis filhos, diz que criá-los foi muito difícil por serem de uma vila muito pobre e por serem, como relata, “muito mais pobre que agora”.

Fala que demorou muito tempo para descobrir que Nicolas era envolvido com drogas e entende que a morte do filho foi causada pelo vício. Quando descobriu, diz que começou a mentir “para si mesma”, não queria aceitar. Relatou que caso semelhante já havia acontecido na família com um cunhado, irmão do seu marido. O cunhado e o filho, segundo ela, chegaram até a usar “porcaria juntos” e que suas mortes foram causadas pelo mesmo motivo.

O semblante de Dona Rosângela constantemente mudava nos momentos em que relembra e relatava como Nicolas era quando criança e adolescente. Esboçava sorrisos e dava risadas falando de como Nicolas era “danadinho” e “sapeco”, que ele por um tempo lutou capoeira e era “bom de briga”. Que era o filho mais levado. Mas logo os sorrisos davam lugar a um lamento, a uma tristeza pelo rumo que a vida do filho levou.

Dona Rosângela despediu-se de mim dizendo que havia sido muito bom conversar.

Zona Sul

Cheguei à Zona Sul por ter conseguido contato com Deisi, uma senhora que, apesar de estar um pouco afastada, ainda participa da ONG Maria Mulher, uma organização de mulheres negras de Porto Alegre. Em dezembro de 2018, Deisi me convidou para um evento que vizinhos que moram próximo a uma praça estavam organizando. Esse grupo de moradores se mobilizou e fizeram um mutirão limpando, capinando e renovando o espaço da praça. O evento era uma reinauguração do local após a revitalização. Encontrei-me com Deisi e fomos de encontro à Isabela. Isabela é uma jovem moradora da Aroeira que também tem vínculo com o Maria Mulher. Deisi nos apresentou, comentou rapidamente sobre o que era o meu trabalho à Isabela e seguimos em direção à praça.

Antes, porém, passamos pela casa de uma senhora, a Dona Lurdinha. Dona Lurdinha nos recebeu na sala de sua casa. Estava presente o seu marido e, por alguns momentos, sua filha e um de seus netos.

Mais uma vez Deisi introduziu sobre o que se tratava o meu trabalho. Neste momento me manifestei. Expliquei sobre o que se tratava, porque considerava importante ouvir estas mulheres. O marido disse que com certeza muitas pessoas ali na vizinhança poderiam “contribuir”. Dona Lurdinha, porém, sempre falou de medo, que era perigoso, que isso acontecia, mas as pessoas não gostam de falar muito.

Mesmo assim o assunto foi se desenrolando. Isabela, como moradora, e ela começaram a lembrar de alguns casos. Inclusive de familiares de Dona Lurdinha. No decorrer da conversa chegaram à conclusão de que falar com mães poderia ser muito difícil pela dor que sentem. Uma alternativa poderia ser falar com irmãs, com tias, com primas... Assim como muito rapidamente o assunto começou, muito rapidamente ele acabou. Deisi fez menção ao evento e nos levantamos prontamente para ir até a praça.

Saímos nós quatro: eu, Dona Lurdinha, Isabela e Deisi. Lá nos encontramos com Maria, que é uma conselheira tutelar da região. A Deisi já havia deixado ela de sobreaviso sobre mim e sobre a minha pesquisa. Nos apresentamos pessoalmente. Ela disse que como conselheira e moradora da região jovens negros sendo vítimas de homicídio era um realidade muito comum. Disse que poderia conversar com algumas pessoas que conhecia para tentar uma intermediação, eu agradei e disse que aceitava a ajuda, com certeza.

Aos poucos foram chegando mais pessoas na praça. Às que eram conhecidas do grupo com o qual eu estava, eu era apresentada como “estudante da UFRGS”. Eu comecei a ajudar na distribuição de refrigerante e bolo para as crianças que participavam da confraternização.

Maria, que tinha se ausentado, volta. Vem ao meu encontro dizer que havia falado com duas mães de vítimas, que falou sobre o meu trabalho e que a resposta de ambas foi a mesma: não queriam falar, porque falar causava dor. Surpreendi-me, na realidade. Não achei que quando tinha se colocado à disposição para ser intermediadora entre possíveis entrevistadas, o faria naquele dia. Respondi mais uma vez agradecendo e dizendo que, obviamente, compreendia. Perguntei à ela se enquanto uma pessoa que lida no trabalho e no território não aceitaria conversar comigo sobre essas questões. Ela disse que com certeza. Já havíamos trocado telefones. Tentei outras vezes marcar um encontro com ela e não consegui. Ela respondia, mas na hora de combinar as datas parava de responder. Entendi como uma recusa “educada”.

Voltando ao dia do evento na praça. Cerca de uma hora e meia se passou, Deisi e Isabela foram embora, e fiquei conversando com Dona Lurdinha e com outra senhora. Quando a outra senhora se ausentou, Dona Lurdinha começou a me falar sobre um familiar dela que foi assassinado – era um jovem negro. Ela me contou, mas enquanto falava dizia “isso vai ficar só entre nós, né?”. Respondi dizendo que só utilizaria no trabalho o que ela autorizasse e se ela autorizasse. Então ela ia contando com detalhes sobre o ocorrido, mas repetia que não queria que isso “saísse de nós”.

Antes da tarde cair, disse a ela que precisaria ir embora e perguntei onde eu pegava o ônibus. Ela me respondeu, mas se propôs a me acompanhar até a parada de ônibus. Nesse trajeto, fiz uma proposta à Dona Lurdinha. Perguntei se ela tinha interesse em conversar um dia comigo com mais calma. Que respeitava a decisão dela em não querer que eu utilizasse detalhes do que ocorreu com seu familiar e perguntei se ela aceitaria falar comigo sobre o porquê preferia não autorizar que detalhes sobre a morte de seu familiar fossem utilizados na pesquisa. Ela ficou me olhando com uma expressão de confusão. Eu disse a ela que já que ela não queria que eu mencionasse o que aconteceu com seu familiar, pensei que uma opção interessante seria ela dizer sobre o porquê prefere não falar.

Ela disse que ia pensar, mas deu o telefone da filha e deixamos combinado o dia que eu retornaria à casa dela. Quando chegamos ao ponto de ônibus, ficou esperando comigo e, quando ele vinha se aproximando, despediu-se com um forte abraço. Mais adiante abordo mais detalhes de Dona Lurdinha e sobre como foi esse encontro em sua casa.

A partir dessa chegada na Aroeira, combinei encontros com Isabela e com Bruna. Isabela é a jovem que descrevi há pouco e Bruna é uma jovem militante, que conhece Deisi e Isabela, na época, era assessora política de Manuela D'Ávila.

Com a Isabela deixamos pré-combinada a entrevista neste encontro da praça. Entramos em contato por mensagem para combinar melhor uma data e nos encontramos. Bruna, que a princípio conheceria neste evento, não pôde estar presente. Deisi havia passado o número de telefone dela e por mensagem combinamos um dia de eu encontrá-la na Câmara dos Deputados, seu local de trabalho. Mais adiante também detalho melhor nosso encontro.

Dona Lurdinha: “É como a gente diz, a gente é uma voz no silêncio”

Menos de uma semana depois do evento na praça, retornei à casa de Dona Lurdinha. Ela é uma senhora de cerca de 50 anos, moradora da Aroeira. Não faz parte do Maria Mulher, mas conhece Isabela e Deisi por ter participado de alguns projetos promovidos pela organização.

Vive com uma filha e seu genro, os três netos, seu filho e seu marido em uma casa humilde, onde me recebeu. Fazia calor neste dia – era dezembro – e ela me aguardava com refrigerante, pão e mortadela. Expressou diversas vezes preocupação pelo fato da geladeira ter ficado desligada e ela não ter percebido, dessa forma o refrigerante não estava tão gelado quanto gostaria.

Iniciamos a nossa conversa tocando nos mais diversos assuntos, antes de falarmos especificamente sobre o seu familiar que foi vítima de homicídio. Conversamos sobre o transporte público, sobre acesso à saúde. Ela antes de me receber havia ido no Postão com a filha e o filho, porque ele estava com pneumonia. Comentou que como o ônibus demorava e era caro, eles iam de Uber, porque acabava saindo mais barato que pagar três passagens.

Contou-me um pouco sobre sua história. Ela é de Camaquã. Depois que a mãe faleceu, veio morar em Porto Alegre e morou em casas de família para quem

trabalhava como doméstica. Foi já depois de adulta e casada que conseguiu sua “casinha”, como diz, na Aroeira.

Esse breve histórico que a levou a contar sobre sua chegada na Aroeira, introduziu o assunto sobre violência. Em seguida, já comentou sobre o homicídio de seu familiar. Não exporei qual grau de parentesco nem as circunstâncias do homicídio, porque fazê-lo seria romper o trato estabelecido com a Dona Lurdinha.

Apesar de ela ter dado um relato detalhado sobre a morte, assim como o fez no evento na praça pediu para que aquilo ficasse “só entre nós”. Eu propus então, mais uma vez, para ela que ao invés de usar a história do seu familiar na pesquisa, que eu pudesse usar o porquê ela não fala sobre. Acordamos que não citaria a rua onde mora, que não falaria sobre o caso nem exporia qual era o seu grau de parentesco com a vítima. Apenas relataria a narrativa dela sobre a escolha de justamente não autorizar que tal fato seja usado na pesquisa.

Ela concordou com a proposta e, prontamente, respondeu-me qual era o motivo. É por medo. Relatou que muita gente sabe, que muita gente viu, que muita gente sabe quem esteve envolvido na morte – inclusive ela – mas que as pessoas escolhem não falar por segurança, porque compartilham o território com essas mesmas pessoas. Duas frases que me disse podem resumir isso: “É como a gente diz, é a voz no silêncio” e “A gente vê e finge que não viu, escuta e finge que não escutou, sabe e finge que não sabe”.

Disse que ficou com um trauma muito forte depois do ocorrido, porque foi algo que aconteceu muito perto da sua casa e porque se tratava de um familiar. Relatou que ela e sua família até sentiram vontade de fazer uma denúncia, mas logo se desanimaram a fazê-lo por temerem represálias.

Foi interessante observar que mesmo depois de eu ter expressado que Dona Lurdinha não precisava falar sobre as circunstâncias de sua perda e que não utilizaria o que ela já havia dito, falar sobre parecia algo necessário. Ela cada vez mais foi me narrando mais detalhes sobre o que antecedeu a morte e sobre o que entendia como causa.

Bruna: “Eu luto contra a naturalização”

Bruna tem 31 anos, nasceu e foi criada na Vila Aroeira. É uma liderança comunitária e no momento da pesquisa era assessora parlamentar da Assembleia

Legislativa do Rio Grande do Sul no Gabinete de Manuela D'Ávila e foi candidata à deputada estadual em 2018 pelo PCdoB. Também é estudante do curso de graduação em Administração Pública e Social da UFRGS.

Entrei em contato com ela por mensagem, depois que Deisi me passou seu número. Quando conversamos, em dezembro, disse que Deisi já havia falado de mim e combinamos de nos encontrarmos na Assembleia. Nosso encontro aconteceu em janeiro de 2019 e foi bastante breve, durou cerca de 20min, pois se deu num intervalo entre reuniões que ela deveria participar. Assim como foi o caso de Dona Rosângela e de Maria Eduarda, embora breve, sua fala trouxe pontos que são relevantes de serem apresentados e interpretados nesta dissertação.

Bruna pediu que eu falasse brevemente sobre a minha pesquisa e sobre o que eu gostaria que ela falasse. Falei que minha pesquisa era sobre mulheres negras familiares de jovens negros que foram vítimas de homicídio em Porto Alegre, que gostaria de entender como essa perda se manifestava em suas vidas. Até o momento em que conversamos, não sabia que ela era familiar de vítima. Havia proposto a conversa pensando no que ela enquanto uma liderança que atua com pessoas que passam por essa situação teria a dizer.

Ela disse, então, que um primo havia sido vítima de homicídio quando ele ainda era criança. Interpreta que o motivo foi “ridículo”: foi uma retaliação pelo fato de o menino ter se negado a dar seu picolé a outro menino. Em seguida, afirmou que acreditava que este tinha sido um grande estímulo para que ela entrasse na política.

Segundo sua interpretação, a pauta em que menos se havia avançado politicamente era a relacionada aos homicídios e à violência. Disse que perder alguém por mortes violentas, que viver experiências violentas acaba sendo como dor de dente para muitas pessoas do território onde cresceu: dói, mas é algo habitual. Corrobora essa presença da violência no cotidiano, quando diz que no seu entorno sua mãe foi a única que não perdeu um filho.

Bruna também relatou outra experiência violenta semelhante à do primo. Seu enteado também foi vítima de homicídio. Afirma que foi por causa de sua filha, após a morte do “mano”, como se refere ao enteado, que se mudou da Aroeira.

Tocou também no fato de o companheiro ser negro e que sua realidade enquanto casal é de serem parados com o carro constantemente pelo fato de, como

diz, ele ser preto. Relatou que seu sonho sempre foi ter dois filhos, que já tem uma de 15 anos, mas que acabou renunciando ao seu desejo por medo.

Porém, diante de todo esse reconhecimento da violência como regra, Bruna diz que sua atuação, que sua luta é contra a naturalização da violência, das violações de direito. Como disse, “o comum não é normal”.

Isabela: “Preto não tem helicóptero”

Meu encontro com Isabela aconteceu na Faculdade de Educação da UFRGS em janeiro de 2019. Isabela não é uma “das que ficam”. Seu relato se deu enquanto moradora de uma comunidade onde a violência figura como algo pertencente ao ordinário, como demonstram os relatos anteriores. Ofereceu uma rica fala sobre sua experiência como professora, sobre questões relacionadas à violência, sobre o que entendia como os motivos de sua ocorrência e sobre consequências dessa violência.

Ela tem 32 anos, é formada em Pedagogia nesta Universidade e relata que sua entrada no movimento social aconteceu quando aos 12 anos no turno inverso ao da escola fez um curso de papel reciclado na ONG Maria Mulher, organização com a qual tem vínculo até hoje.

Relata que antes dos 6 anos já morava na Aroeira, porém, quando nesta idade sua mãe faleceu, foi para uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre morar com uma tia. Com 11 anos, quase 12, retornou à Aroeira, onde vive até hoje.

Assim como Maria Eduarda identificou na Vila Limoeiro, Isabela identificou uma transformação na violência em sua comunidade. Porém, essa transformação foi para pior. Diferente de Maria Eduarda, relata que a violência só foi aumentando desde que era criança. Suas lembranças de até os 6 anos, antes de ir morar com a tia, é de estar brincando na rua, de grupos de amigos irem e voltarem todos juntos da escola, que ficavam até tarde da noite na rua brincando sem temer nada. Já depois dos 12 anos, conta que já lembra de mais relatos de bala perdida, de invasão de casas, de terem matado algum jovem. Mas ressalta: “não como é hoje também, né?”. Diz que aos 12 anos brincava na rua, transitava-se mais tranquilamente, coisa que não acontece atualmente, “porque a violência ficou generalizada assim” e que “as crianças quase não brincam mais na rua”.

Para ela, hoje em dia se evita estar na rua, porque não se pode prever “quando alguma coisa vai acontecer”. Coloca isso dizendo que não se tem como saber a hora em que polícia e traficante vão trocar tiros e que em alguns momentos os envolvidos no tráfico andam armados pela comunidade e que isso, obviamente, causa medo. Pais se preocupam, escolas fecham, acontecem toques de recolher. Esses eventos, segundo diz, não aconteciam antes.

Quando questionada sobre quais questões entendia como razões para esta violência, diz que são vários e pontua algumas. Um dos motivos para esta violência o que chama de “falta de cuidado com a sociedade”. Isso seria “liberdade” que se tem de fazer justiça com as próprias mãos, de buscar a solução dos conflitos pela violência. Também fala do “poder policial”, que segundo ela, “acha que é o supremo amigo direto de Deus”. Fala que as pessoas da comunidade comumente têm mais medo da polícia do que dos traficantes.

Ademais, falou do controle de drogas que para ela não é um controle de drogas. Fala que as regiões pobres são constantemente vistas como responsáveis pelas drogas, apesar de todos saberem que as drogas não são produzidas por pessoas pobres e que nenhum morador de vila tem um helicóptero para buscá-las.

Assim como Bruna, diz que falta sensibilidade. Interpreta que as mortes violentas, como os homicídios, são corriqueiras, que matar alguém é algo fácil demais. Diz que a morte causa um choque, mas que este não dura muito tempo, pois logo em seguida haverá outro caso semelhante.

Zona Leste II – Vila Juazeiro

Mãe Paty: “É impressionante como preto não pode ter nada”

Mãe Paty é uma liderança comunitária da Vila Juazeiro, zona leste de Porto Alegre. É mãe de santo e tem uma casa de religião próxima ao local onde vive e, dessa forma, tem também papel de liderança religiosa na comunidade. Nasceu na Vila Juazeiro e vive na mesma casa há 25 anos.

Eu a conheci no final de 2017 quando participei de uma formação do Coletivo Alicerce, do qual ela faz parte. Nessa ocasião fui convidada para expor o que ainda era o meu projeto de pesquisa da dissertação. Levei alguns dados e propus uma discussão sobre eles com os participantes.

No início de 2018, enviei uma mensagem a ela perguntando se poderíamos conversar, se ela conhecia alguém que pudesse me auxiliar nessa fase de campo. Ela disse que não conhecia ninguém.

No final de 2018, entrei em contato com um educador social que também participa do mesmo coletivo que Mãe Paty. Ele me passou dois contatos, um contato era de uma outra educadora social da Restinga que não me deu retorno e o outro era da Mãe Paty. Falei para ele que já tinha a contatado, que havia recebido retorno e que não queria parecer inconveniente insistindo outra vez.

Ele me respondeu dizendo que dessa vez ia dar certo. Que era pra eu falar com ela. Mande uma mensagem para ela e depois de algumas combinações em relação a datas, conseguimos definir um dia para nos encontrarmos. Ela sugeriu que fosse na casa dela.

Em fevereiro de 2019 fui, por volta das 14h, à sua casa. Ela estava sentada na frente de casa com os filhos e me recepcionou de maneira bastante simpática. Disse que faz muitas atividades e que esse era o motivo da dificuldade que tivemos em marcar um horário. Completou dizendo os seus próprios filhos dizem que é difícil ver a mãe parada em casa e que era um milagre vê-la tranquila.

Depois dessa introdução, Mãe Paty me pediu para falar melhor sobre o que eu pesquisava. Disse o que sempre falei às pessoas com quem fazia contato: que minha pesquisa era sobre mulheres negras familiares de jovens negros que foram vítimas de homicídio em Porto Alegre e que queria entender algumas consequências dessa perda. Logo depois dessa breve explicação, ela fala “Pois é, é complicado, eu vivi isso recentemente no ano passado com o meu irmão” e, prontamente, começou seu relato sobre o contexto do homicídio. Havia me condicionado a propor que nossa conversa fosse gravada, mas depois disso nem cogitei fazê-lo. Julguei que interromper sua fala e pedir permissão para registrar seu relato atrapalharia o momento.

Ela contou que Marcos, seu irmão, era um “guri bom, não fumava nem cigarro normal”. Costumava jogar futebol numa quadra perto de casa e que um dia numa partida rolou um “jogo de corpo” dele contra um rapaz. Esse outro rapaz era da Vila Louro (uma vila próxima à Vila Juazeiro) e pertencia a uma facção. Logo após esse lance, foi feita uma ligação e quadra ficou repleta de rapazes aliados da “vítima”. Como o território da quadra não era da facção a qual esse rapaz participava, o

responsável pelo território “segurou” pelo irmão Marcos, mas o fez principalmente para que seu domínio não ficasse vulnerável.

Mãe Paty diz que tempos depois desse episódio seu irmão foi preso. Ele estava na saída da escola perto de rapazes dessa facção que o defendeu em tal ocasião. A polícia chegou, os rapazes estavam com uma arma e com drogas. Como alternativa para livrar o “cabeça” da facção, os rapazes falaram “E aí, negão, tu vai ter que segurar, né? Lembra daquela vez”. Paty disse que não tinha como Marcos recusar. A arma tinha dois homicídios registrados. Apesar de não terem achado as digitais dele na arma, ele assumiu que ela estava em sua posse.

Isso aconteceu na véspera do aniversário de 18 anos dele. Chegaram a ir ao DECA para fazer os registros da ocorrência, entretanto quando virou a meia-noite ele já era maior de idade e foi fichado como adulto. Foi condenado a cinco anos de regime fechado e encaminhado para o Presídio Central.

Mãe Paty diz que dentro do presídio sabiam o que ele tinha feito pela facção: “que havia evitado que o chefe levasse uma ruim”. Mas disse que ele nunca aceitou nenhuma regalia por causa disso. Relata que era a mãe deles que levava tudo que ele necessitava para viver lá dentro.

Quando soube da data de sua soltura, Marcos ligou para a mãe através da assistente social do presídio. Disse que sairia no dia X ao meio-dia. Paty disse que sua mãe foi para o presídio 11h e que já depois de ter passado várias horas do meio-dia entrou no presídio e pediu informações sobre o filho. Informaram, depois de identificá-la, que ele havia sido liberado às 9h. Que tinha um Uber esperando por ele.

Ela disse que pensaram: “Mas como se ele não tem celular?”. Ele entrou em contato dias depois dizendo que estava na casa de uma tia. Falou que na saída do presídio membros da facção que haviam “segurado” para ele no jogo do futebol estavam esperando por ele num carro dizendo que o chefe queria falar com ele.

Lá o chefe ofereceu para ele um cargo, uma boca para administrar tendo em vista o “favor” que ele havia feito. Mãe Paty diz que ele agradeceu e disse que não isso “não era a dele”, que ninguém da família dele era envolvido e que ele queria seguir dessa forma.

Falou que foi alertado pelo chefe de que tudo bem, se ele não queria não haveria problema. Mas que era para ficar esperto voltando à Vila Juazeiro, porque pessoas ligadas a outras facções não acreditariam que ele não estava envolvido.

Pouco importava se ele foi coagido a assumir o crime em virtude do favor que devia, para os olhos das pessoas da comunidade ele estava vinculado a essa facção.

Segundo ela, os membros da facção disseram a ele que no dia seguinte pagariam um Uber para onde quisesse ir, mas que naquela noite assistiriam o jogo do Grêmio todos juntos. Foi nesse dia seguinte que ele foi para a casa da tia e contatou a sua mãe.

Marcos ficou em torno de dois meses na casa dessa tia. Foi embora porque facção rival a essa que “segurou” colocou uma boca na frente da casa dela e isso o colocava em perigo. Mudou-se para a casa de uma outra irmã, onde ficou cerca de dois/três meses, até que um irmão deles estava com um terreno em uma ocupação na Vila Louro. Esse irmão propôs que Marcos se mudasse para lá, podendo construir uma casa no terreno e ter mais privacidade.

Mãe Paty relata que esse período foi muito bom. A mãe deles ia diariamente visitá-lo. Quase todos os finais de semana se reuniam para fazer churrasco, jogar futebol.

Até que houve um final de semana em que ela não foi à casa do irmão, mas dois de seus filhos foram. Diz que os meninos estavam jogando futebol quando viram que rapazes que estavam envolvidos no conflito da partida do jogo de corpo estavam presentes, mas que o clima foi ameno e não aconteceu nenhum problema.

Nessa noite o sobrinho deles havia combinado de dormir na casa de Marcos para jogar videogame. No fim da tarde, por volta das 19h, quando estava chegando em casa com o sobrinho um dos rapazes que estava jogando futebol com ele estava esperando-o na frente da casa dele. Disse que ficou sabendo que ele tinha um videogame e queria jogar. Ele mandou o sobrinho de volta para casa e disse que outro dia marcariam.

Mãe Paty disse então que foi por volta da meia-noite deste dia que foi informada de que o irmão tinha sido assassinado. Disse que pegou o carro e foi até a casa dele. Ele tinha mais de 30 tiros. Viu diversas cápsulas de bala no chão e que ele estava amarrado com um lençol branco nas mãos. O videogame estava ligado, as roupas intactas e dobradas, os tênis de marca parados. Não se tratava de um roubo, queriam matá-lo.

Falou sobre os trâmites burocráticos. Disse que a perícia foi lá, examinou o corpo dele. Por volta das 6h da manhã do outro dia um outro irmão foi registrar ocorrência do homicídio na delegacia e foi preso. Paty disse que este irmão estava

sendo buscado por pensão alimentícia atrasada, que não sabia e acabou sendo preso.

Para ela foram 24h muito ruins, “muita loucura”. Relatou que teve que gastar, abrir mão de um dinheiro que estava economizando com o marido para comprar um terreno na praia para poder pagar o enterro de Marcos, o advogado e a primeira parcela da pensão para o outro irmão poder ser liberado.

Fala que tem uma sensação de medo constante, porque não sabe quem foi. Não sabe se foi a facção que “segurou” querendo puni-lo por não aceitar o serviço, não sabe se foi alguém da facção do jogo de corpo. Relata que a mãe entrou em depressão e diz que foi um sofrimento muito grande.

Sua fala sobre a morte de Marcos, embora tenha sido detalhada, foi relativamente rápida. Não consegui solicitar que ela falasse mais sobre o que entendia como consequências de sua perda, pois a todo momento chegavam pessoas em sua casa procurando-a. Comecei a ficar desconfortável, não sabia se deveria me retirar. Minha presença certamente estava quebrando uma rotina, mas não sabia se estava atrapalhando.

Percebi que podia continuar presente, quando a medida que cada pessoa chegava ela me apresentava. Para uma filha ela me apresentou como “*Essa aqui é uma amiga da mãe, Fulana, ela estuda na UFRGS e está fazendo uma pesquisa sobre mulheres que passaram pelo que a mãe passou*”. Chegou essa filha, chegou um filho menor, chegou um irmão com a esposa e um filho. Uma de suas filhas estava começando a preparar o almoço para a mãe quando eu cheguei. Quando ela avisa que ficou pronto, Mãe Paty me pergunta se eu queria comer. Aceitei. Fomos para a cozinha eu, ela, seu irmão e sua cunhada.

Acabei ficando a tarde inteira na casa da Mãe Paty. Depois do almoço, fomos para a sala tomar chimarrão. Logo em seguida, um de seus filhos de santo e uma de suas filhas se juntou a nós.

Contou da manifestação que ajudou a construir pela questão das merendas na escola Vila Lobos. A empresa terceirizada responsável pela merenda não estava pagando o salário das funcionárias e o serviço não era provido. Junto de integrantes do Alicerce fecharam a rua da escola e se manifestaram.

Falou sobre a questão do tráfico. Que é muito respeitada e que não gosta de ninguém fumando na pracinha em frente à casa dela. Falou também sobre um menino que estava escondendo drogas no poste que fica na frente de onde o carro

dela é estacionado. Falou com o chefe da época do tráfico e disse que o rapaz foi reprimido pelo patrão (com um tapa e um sacode).

Falou sobre a morte de dois rapazes. Um deles que virou aviãozinho porque havia passado na seleção do Internacional e não tinha chuteira. O pessoal do tráfico disse que se ele fizesse umas “correrias”, comprariam uma chuteira para ele. Foi morto.

Criticou a instituição policial ao afirmar que os policiais pensam que “são os donos da razão” e que “se acham com superpoderes”. Relatou sobre o caso do genro que estava andando com um dos filhos dela. O genro estava enrolando um cigarro de maconha quando foi abordado e agredido por brigadianos.

Colocou que achava impressionante o fato do negro “não poder ter nada, não poder ter carro, não poder ter dinheiro, não poder comprar”. Disse isso depois de dizer sobre as vezes em que é parada pela polícia enquanto dirige e sobre ser perseguida dentro do supermercado.

Meu encontro com Mãe Paty encerrou com ela mais uma vez dizendo que faz “muitas coisas”. Ela me mostrou no celular fotos de diversas atividades que fez com o Ilê, de falas políticas, de participações na Câmara dos Vereadores e reforçou: “é por isso que ninguém me vê em casa”.

Quadro 1 – Características das Entrevistadas

Entrevistada	Idade da entrevistada	Relação com a vítima	Dados do jovem
Maria Eduarda	42 anos (19 anos no ano do homicídio)	Companheira da vítima	Tadeu 29 anos aproximadamente
Dona Clô	50 anos (48 no ano do homicídio)	Mãe da vítima	Ismael 18 anos
Dona Rosângela	55 anos (41 no ano do homicídio)	Mãe da vítima	Nicolas (Nico/Niquinho) 21 anos
Dona Lurdinha	Aproximadamente 50 anos	**21	**

²¹ Como mencionado, dados sobre o familiar de Dona Lurdinha não serão expostos em razão do trato que foi estabelecido com ela.

Bruna	31 anos	Prima e madrasta	Não informado
Isabela	32 anos	Não se aplica	Não se aplica
Mãe Paty	Aproximadamente 40 anos	Irmã	Marcos 23 anos aproximadamente

5 ANÁLISE DOS RELATOS “DAS QUE FICAM”

Tendo feito a apresentação do campo e das interlocutoras, cabe agora apresentar as categorias sobressalentes de seus relatos que foram identificadas após a realização de uma análise vinculada ao campo da análise de conteúdo. Elas estão divididas em quatro grandes grupos: as expressões do sofrimento; reabitar o cotidiano; o conhecimento venenoso e, por fim, as percepções/interações com e sobre o Estado. Cabe destacar que não se tratam de categorias “puras”, ou seja, muito do que aparece em uma categoria também tem a ver com outra(s). Porém, decidiu-se fazer essa divisão para facilitar a exposição de determinados pontos dos relatos das interlocutoras da pesquisa e facilitar sua compreensão.

Expressões do sofrimento

Os relatos das entrevistadas mostram que os homicídios dos jovens negros no caso deste estudo podem ser interpretados como eventos críticos, ou seja, como acontecimentos que geraram uma ruptura em suas vidas. Tal ruptura se evidencia a partir de falas que tratam da dor intensa resultante da perda e/ou de falas que mostram que o acontecimento é algo muito presente, visto que é constantemente lembrado, impossível de ser esquecido. Foram diferentes os fatores que exemplificam esses aspectos em suas falas, sendo alguns dos identificados medo, ameaças, dor, adoecimento e memórias/lembranças.

Almeida (2013, p. 171) afirma que “a dor da violência sofrida é (re)vivida cotidianamente” por familiares de vítimas. Telma da Silva (2017), a partir de Kleinman (1988) e Good (1994), argumenta que isto ocorre porque o sofrimento e a dor são sentidos “pelo corpo que está no mundo”. Segundo a autora, as narrativas de dor de quem testemunhou um evento crítico mostram muito mais que o sofrimento material ou físico, mostrando também como esse evento vai se desenrolando nas experiências destes “que lutam pela sobrevivência diária” (SILVA, p. 23).

Observou-se que ao iniciar os seus relatos as entrevistadas já indicavam a dor que a perda ocasiona e a maneira como interpretam essas mortes. Bruna, que não falou muito sobre as mortes de seu enteado e de seu primo disse que tudo isso acontece de uma maneira muito brusca, de maneira inesperada e que lidar com tais

fatos acaba sendo complicado. Dona Lurdinha relatou que ficou com “um trauma muito grande” após a morte de seu familiar, pois o evento aconteceu muito próximo de sua casa e, também, pelo fato do jovem negro vitimado fazer parte de sua família.

Na fala de Maria Eduarda não foram identificados elementos que permitam inferir que o homicídio do ex-companheiro é uma questão constantemente revivida e, portanto, muito presente em sua vida. Porém, ela disse que a morte foi “bem impactante” e, assim como Dona Lurdinha, utilizou o termo “trauma” para descrever como se sentiu após a perda: *“Ahn, claro, fica um pouco do trauma, porque tu fica amedrontada durante um tempo, tu não entende muito bem”*.

Dona Clô logo no início de seu relato fala sobre como a morte de Ismael lhe afeta:

Mas olha eu sofri... Eu sofri não, eu sofro. E eu também às vezes choro assim, dá aquela tristeza e eu choro e quando eu olho tá todo mundo chorando perto de mim. Por isso que eu acho que até nem dá, né, pra ficar muito [triste].

A correção que fez em sua própria fala (“*eu sofri não, eu sofro*”) evidencia que a morte do filho é algo que sempre estará presente em seu cotidiano. Disse que depois da perda começou a ter “brancos” que ela mesmo interpreta como um tipo de proteção²². Complementa dizendo que: *“eu nem poderia esquecer, nem que eu quisesse não poderia”* e diz que *“Eu choro. Tem horas que eu sento e choro”*.

A situação de Dona Clô é distinta das outras mulheres entrevistadas nesta dissertação que vivenciaram uma perda. Embora ela afirme que tenha certeza de que Ismael está morto, isso não foi efetivamente comprovado, pois ele segue desaparecido. Afirma que o caso do filho apresenta uma particularidade: *“Em geral eles matam, desovam por aí, falam pra família, alguém sempre vai e avisa. O que não é o que aconteceu comigo.”*

Soares, Miranda, Borges (2005, p. 103) afirmam que “nos casos de desaparecimento a falta do corpo é uma condição que torna mais difícil o encerramento desta fase dolorosa”. O que Araújo (2012, p. 21) identificou na fala de familiares de pessoas desaparecidas, complementa essa afirmação. Segundo o

²² “Eu fiquei também com essa coisa de tô falando e de repente eu esqueço. Eu lembro dali uns minutos, eu lembro, mas demora um pouquinho pra pegar no tranco. Dá um branco assim que, parece um tipo de se proteger.”

autor, tais familiares acabam fazendo uma comparação que gera uma “espécie de hierarquização dos sofrimentos, cujo critério era a ausência do corpo, ou melhor, do cadáver”. Esses elementos são identificados na fala de Dona Clô quando expõe que “*É difícil, é difícil... Tu criar um filho até essa idade e não ter nem um ossinho pra enterrar. Muita maldade*”. Sua busca pelo corpo do filho é permeada de sofrimento:

Fiz vários DNAs, fiz bah.. Muitas vezes, muitos corpos eles fizeram. Aparecia ‘carborizado’, sepultado ou em decomposição. Nenhum era ele.

Eu fiz DNA com os pedaços que a gente encontrava na Vila. Eu não tenho esperança de achar mais. Um ano e meio já.

Já Dona Rosângela coloca que lidar com qualquer morte é difícil. Sua fala, porém, evidencia que o fato da morte do filho ter se dado em circunstâncias violentas potencializa ainda mais o seu sofrimento:

A perda é uma coisa que a gente não consegue, que ninguém consegue dizer ‘Ah, é normal’. A gente sabe que vai existir sempre... A perda normal, da morte normal já é difícil, que dirá quando nos tiram assim, né?

E o sofrimento para algumas é tão profundo que se manifesta em seus corpos e pode até chegar adoecimentos. Diversos estudos que abordam a experiência de familiares de vítimas de violência mostram que após a perda essas pessoas podem manifestar questões de saúde mental, desenvolver outras doenças provenientes dessa grande carga emocional e ter de fazer uso de medicamento para lidar com essa realidade. Oliveira (2013) afirma que a depressão é uma das doenças psiquiátricas de mais comum ocorrência entre familiares de vítimas e Lagatta (2017) coloca que a experiência da morte violenta tem um potencial traumático, causando também altos níveis de estresse e sofrimento mental.

O que Oliveira (2013) chama de “problemas de saúde psicossomáticos” é o que Santos (2008) nomeia como somatização. São as outras manifestações de saúde decorrentes da sobrecarga emocional que os homicídios causam aos familiares de vítimas. Entram nessas classificações manifestações como hipertensão, problemas cardíacos e diabetes, como observaram Araújo (2012), Costa (2015), Dalbosco (2006), Lagatta (2017), Moura (2007) e Rocha (2012); e abuso de substâncias como o álcool que - como observaram Costa (2015), Dalbosco

(2006), Lagatta (2017) e Vieira et al. (2009) – pode muitas vezes tratar-se de um alcoolismo velado.

Estas questões observadas na literatura sobre familiares de vítimas também foram observadas nas falas de algumas entrevistadas. Mãe Paty disse que a morte de seu irmão causou grande sofrimento a ela e que sua mãe entrou em depressão após a perda. Maria Eduarda não fala de si, mas relata o caso de uma moça da vila onde mora que perdeu o irmão por um homicídio:

Eu tinha falado até pras gurias que tem a Solange, a irmã do Everton, por exemplo. Só de tu entrevistar ela tu ia perceber o quanto [a morte] impactou na vida dela. [...] E ela hoje é dependente de remédio, de medicação. Ela ficou fisicamente, dá pra ver que ela ficou muito abalada, ela entrou em depressão.

A fala de Isabela, ao refletir sobre a experiência de mulheres negras da sua comunidade que eram familiares de jovens negros vítimas de homicídio, também vai para essa mesma direção:

[...] algumas ficam sofrendo dentro de casa e sofrem, e sofrem e sofrem, é... E ficam doentes sofrendo e o resto da família às vezes todo adocece sofrendo também, porque a base da família, a referência da família não consegue se reestruturar, né? Não consegue ter força pra continuar.

Dona Clô foi a entrevistada que mais relatou questões nesse sentido. Diz que quase acabou com sua vida e com a vida de quem estava próximo dela e prossegue:

Meu Deus, eu não conseguia dormir, não conseguia comer direito, na verdade não conseguia fazer nada. Eu ainda tô com bastante problema nesse sentido. E eu comecei a beber... Bah, teve uma época aí que eu, bah, fiz uma porcaria tamanho família, uma porcaria medonha.

A “porcaria tamanho família” que Dona Clô relata aconteceu depois de um churrasco na casa de uma filha no qual ela foi acompanhada de uma das netas que na época tinha cinco anos. Segundo narra, os presentes estavam bebendo cerveja, até que a filha começou a brigar com ela. Contrariada com a situação Dona Clô foi embora levando a neta, acreditando que encontraria facilmente um táxi para voltar para casa. Diz que caminhou e caminhou, até que pararam próximas a uma casa que “era a única de luz acesa”. Diz que os donos da casa queriam ficar com a neta e que “se fez de louca” e mandou eles chamarem a polícia.

O resultado disso tudo foi que ela foi ela ser levada ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA) junto da neta. Relata que foi essa experiência que a fez perceber que além de estar se prejudicando, estava prejudicando quem estava ao seu redor:

E até então eu não tinha me dado conta disso. Porque eu queria mais era beber pra esquecer [do desaparecimento do filho], pelo menos naquela hora eu não ia me lembrar de nada. E eu achava que era o caminho, aí depois que eu fiz isso com a vida da Nina [neta] que eu fui ver que não era por aí.

Conclui o relato sobre esse acontecimento dizendo que depois disso percebeu uma melhora em seu estado de saúde:

Agora eu tomo um [remédio] pra me acalmar. Tomo pra ansiedade, pra me acalmar, porque sozinha não dá. Com esse eu me sinto bem, eu tomo outros também. Sou cardíaca, subiu minha glicose. Agora tá tudo normal. Agora eu tô com artrose, ressecamento nos dois joelhos. Tô fazendo tratamento na medicina da dor, direitinho. Mas tô bem melhor.

Tratando da dimensão da maternidade, alguns estudos sobre familiares de vítimas apresentam resultados que mostram que, como afirma Oliveira (2013, p. 122), “o caráter do vínculo construído em torno da maternidade confere uma singularidade a reação das mães a perda”. Isso é apresentado por Moura (2007) por meio dos relatos de mães que recorrentemente falam de suas perdas como uma dor incurável ou como uma dor que muda a vida completamente, por Lagatta (2017) quando uma mãe diz que sua perda é uma dor que não tem fim e por Almeida (2013) no relato de uma mãe que diz que consegue compreender a experiência de outras mães que também perderam seus filhos para a violência, “a dor de mãe é a dor maior do mundo”.

Enquanto Araújo (2012) observou em suas entrevistas que a autoridade moral da maternidade era acionada enquanto estratégia de protesto e política, o que se observou com as falas de Dona Clô e de Dona Rosângela é que, quando acionado, o papel de mãe foi utilizado para expressar a singularidade da dor que sentem.

É interessante observar que até mesmo Maria Eduarda recorreu à maternidade para marcar uma diferença em sua experiência. Ela coloca que o sofrimento que vivenciou é seguramente menor ao de perder um filho:

Perder um companheiro, apesar de ser uma dor da perda, ele não... Ele deve, deve ser não, acredito que é muito menor do que tu perder um familiar próximo, como um filho, né?

Esse acionamento ao papel da maternidade pode ser observado nos trechos a seguir da fala de Dona Rosângela:

É aquela ferida, né? Que cria uma casca, se tu bate ali ela sangra. Todas as mães que perderam um filho são assim.

Foi o pior momento da vida. Eu que perdi minha mãe, né? Mas filho é... filho é o pior.

Mãe nenhuma merecia enterrar seus filhos e é o que tá acontecendo cada vez mais.

Isso também foi abordado por Dona Clô quando relatou uma conversa com um dos filhos:

Meu outro filho, o que tá usando tornozeleira, me disse que não sabia porque eu chorava tanto a morte do Ismael. Que ele já tinha perdido a Lauren²³ e nem chorou. Eu disse pra ele: 'Primeiro que tu toma remédio pra cabeça e fica em casa o dia inteiro.' Eu não tomo remédio. Eu não consigo trabalhar e tomar remédio. Não dá certo. E segundo que ele não gestou. Não carregou, não amamentou. Eu tinha uma barriga imensa. Me fizeram exame três vezes porque acharam que eram dois bebês. Ele tinha 1,90 de altura e o pé era 45. Era um baita homem.

O final do último trecho apresentado da entrevista de Dona Clô direciona a outra expressão do sofrimento: as memórias. Elas que muitas vezes são dolorosas podem ser acionadas para auxiliar a expressar o sofrimento causado pela perda e o quão presente ela é.

Porém, cabe já deixar destacado que como será visto mais adiante, as memórias e nostalgia não são fatores negativos apenas. Elas também são acionadas como uma forma de reabitar o cotidiano. O duplo sentido que a memória pode ter foi observado por Alarcão, Carvalho e Peloso (2008) e por Costa (2015). Para Alarcão, Carvalho e Peloso a “mumificação da memória materna” pode levar as mães a uma situação de desespero, “mas também significa a preservação viva de um vínculo saudável com seu filho” (ALARCÃO, CARVALHO E PELLOSO, 2008,

²³ Lauren era uma nora de Dona Clô. A jovem foi esquarterjada pelos ‘chefes’ do tráfico da vila, porque não quis, nas palavras de Dona Clô, namorar com nenhum deles.

p. 4). E para Domingues (2010 apud COSTA, p. 91) “o ato de recordar-se do ente falecido provoca sentimentos que costumam oscilar entre a satisfação em reviver os instantes felizes e o desespero de não mais contar com a pessoa”.

O lembrar-se enquanto experiência de dor aparece nos relatos a seguir de Dona Clô:

Não consigo, eu tenho uma foto dele bem grandona, eu guardo dentro da minha bolsa, porque eu não posso ver assim. Eu tenho uma dele de quando era pequeno, devia ter uns 8, 9 anos na parede de um quadro. Eu tenho eles, tenho todos eles de quando eram pequeno num quadro na parede. Mas dele de agora pouco não consigo colocar. Até tentei, mas não consigo, tive que tirar. Não tem como. Muita coisa, vem muita coisa na cabeça da gente e aí embola tudo.

Vinha me ver ele também na semana quando tava no abrigo. Ele vinha duas vezes me ver, que ele não ficava sem eu. Aí há quem diga assim “Ah, eu acho que ele tá escondido por aí, ele tá, né, correram ele da vila”. Não, uhn, uhn. Tem duas mulheres na vida dele: eu e a filha. Ele teria aparecido por nós duas, eu sei que ele teria. Não, eu não tenho mais nenhuma esperança que algum dia eu vou encontrar. Nem encontrar eu já perdi a esperança. Não tenho mais essa... Até pouco tempo eu tinha, mas depois não.

Em outros momentos, Dona Clô apresentou uma fala permeada de detalhes sobre como era Ismael. Parecia querer demonstrar com o minucioso relato a particularidade da dor que sente:

Ele nasceu de uma gravidez de 42 semanas e 6 dias com 4kg e 440 gramas, 53cm. E sempre foi enorme de grande, sempre foi de um tamanho descomunal, sempre foi enorme e bem quietinho, não ria. Quando ele ria era motivo de festa e quando ele tinha uns 6 anos, mais ou menos, que ele começou a ir pra escola, ele não queria ficar no jardim. Aí já comecei a ver que ele tinha um tipo de problema, aí já foi encaminhado pro psicólogo, começou a ir, foi até os 11 anos quando ele foi encaminhado pra um psiquiatra. Ai a coisa foi se agravando, ele começou a fugir de casa, ia pros videogames, essas coisas a gente já sabia onde encontrar ele, tinha jogo a gente ia lá encontrava ele e trazia de volta.

Ah, com 18 anos ele tinha 1,94 e calçava 45. Enorme. Ele chegava a ser corcunda de tão alto, eu tinha que olhar pra cima pra olhar pra ele.

Já em relação à Dona Rosângela, foi curioso observar que por momentos fazia relatos que pareciam representar um lembrar agradável, gostoso, mas que acabava sendo finalizado com um lamento:

Ele era um sapeca, um danado, ele era o mais danadinho, o mais danado deles. O mais ligeiro que nem se diz, né (riu). E esperto, uma pena que ele usou a inteligência e a esperteza dele pro lado ruim. Uma pena. Às vezes, eles tão reunidos assim e eu penso 'Ah.. Falta um'. É muito ruim. Mãe nenhuma merecia enterrar seus filhos e é o que tá acontecendo cada vez mais. Os jovens estão por causa da maldita droga os jovens estão se indo.

Ah... Dançarino, apelido era dançarino. Ele gostava muito de dançar. Pagode era com ele. Gostava de pagode, tocava de pandeiro. Era um guri bom assim, igual aos outros irmãos são até hoje. Mas quando a pessoa parte pra droga tudo se perde. É horrível.

Como já era de se esperar, o medo foi a expressão de sofrimento comum no relato de todas as entrevistadas. Para Costa (2015) este sentimento intensifica ainda mais a experiência de dor que o homicídio causa às familiares das vítimas e é fomentado pela sensação de indefinição e de insegurança vivida por quem fica.

Nas vezes em que me apresentou um detalhado relato sobre a morte de seu familiar, Dona Lurdinha interrompia sua fala e pedia para que aquilo ficasse “só entre nós”. Como já foi apresentado, houve uma negociação e ela aceitou que o relato aqui utilizado seria aquele no qual ela explica o porquê não gostaria que isso fosse abordado na dissertação. E esse motivo é o medo.

A sua fala relata que vive constantemente em estado de alerta. Toda vez que falava sobre o homicídio falava sussurrando, mesmo que estivesse dentro de casa sem nenhuma outra pessoa além de nós presente. Relatou que muita gente sabe quem esteve envolvido na morte de seu familiar, que muita gente viu (inclusive ela), mas que as pessoas escolhem não falar por segurança. Diz que ela e sua família até sentiram vontade em fazer uma denúncia, mas logo desistiram por medo.

Isso vai de encontro ao que Costa (2015, p. 100) observou: “a ausência de testemunhas dispostas a falarem sobre o homicídio”. Dona Clô afirma que tem “certeza que bastante gente dentro da vila sabe da verdade. Sabe, viu... Mas quem que vai falar?”. Dessa forma, o medo lhe afeta até quando não é por ela vivido. Isso porque quem poderia saber o que aconteceu com Ismael por temor dificilmente se animaria a falar, dificilmente ela vai conseguir descobrir seu paradeiro.

Na fala de Maria Eduarda, o medo, mesmo que breve, aparece. Ela diz que ficou amedrontada durante um tempo após a morte do companheiro, principalmente porque se tratava de um homicídio e, portanto, de um contexto violento. Para Isabela, além da dor, permanece para as que ficam o receio e o medo, além da sensação de imobilidade já que homicídios de jovens negros são constantemente testemunhados por mulheres negras e elas não conseguem impedir isso de acontecer.

Mãe Paty diz que o medo é constante, principalmente por não saber quem foram os responsáveis pelo homicídio do irmão. Ela tem duas suspeitas: ou foram representantes da facção que o “defendeu” da briga no futebol querendo puni-lo por não ter aceitado ingressar nos negócios criminosos ou foram representantes da facção do rapaz que levou o “jogo de corpo” na partida de futebol. Essa incerteza lhe causa angústia e também lhe coloca em um constante estado de alerta. Também colocou que: *“Não vou trazer meu irmão de volta, mas gostaria que pelo menos os culpados fossem punidos”*.

O relato de Dona Clô revela que o sofrimento causado pela morte de Ismael também é potencializado pelas ameaças que foram feitas a ela e que se estenderam à sua família. Ela disse que o “chefe” do tráfico da vila onde mora a proibiu de ultrapassar um limite que é demarcado pelo Centro onde ela trabalha e onde foi realizada a entrevista. Tais ameaças continuaram sendo feitas até cerca de oito meses depois do desaparecimento de Ismael e, segundo seu relato, elas eram motivadas pelo rumor que se espalhou de que o filho era vinculado a uma facção rival ao do território de origem, já que passava a semana no abrigo que era em outro bairro.

Ela relata que uma das filhas teve a conta do Facebook hackeada depois que postaram na página do POA 24h pedido sobre informações de Ismael e que recebeu mensagens de ameaça. Fala também que seu filho mais novo “cansou de ser ameaçado” na vila, chegando a ser alvo de deboche na escola por conta do desaparecimento do irmão.

Rumores e fofocas acerca do desaparecimento de Ismael impactaram o cotidiano de Dona Clô e sua família:

E várias vezes também [vizinhos] foram na minha casa dizer pra mim que tinham colocado ele de molho num barril de soda, outros falam, olha eles

me torturaram de uma certa forma assim que eu não gosto nem de me lembrar de tanta coisa que eu passei.

Eles disseram que o Ismael era A, né? E eles são Q*, que é uma outra gangue que tem aí, e eles diziam assim que o meu filho João era A*. Que ele andava andando aí na Vila com peito de aço, sem medo, sem nada. Demorou pra eles pararem de ameaçar a gente.²⁴*

Dona Clô até acaba dizendo que as ameaças pararam, mas revela temor:

Não, agora cessou. Eu to até com medo dessa parada. Será que eles vão mesmo nos esquecer? É difícil de pensar isso. Mas tomara que sim, que em nenhum momento eu saí daqui, demonstrei medo. Até porque não tem porque como eu sair. Que se eu sair sem minha família. Minha família toda mora aqui. Meus pais, meus irmãos, meus filhos, meus sobrinhos. Tudo mora aqui pela volta.

Por outro lado, o medo por Dona Rosângela é narrado de maneira distinta. Ela diz que não sente medo após a morte do filho e que não recebeu nenhuma ameaça, mas sabe o porquê. Diz que teve “uma luz muito grande” e que em momento nenhum, nem mesmo quando viu o corpo do filho, disse que queria saber quem foi o responsável por sua morte. Justifica sua decisão para justamente evitar possíveis represálias dos responsáveis pela morte.

A forma como o medo aparece na fala de Bruna possa talvez ser interpretada como inesperada. Seu relato mostra a complexidade do cenário em que jovens negros e mulheres negras estão inseridos. Ela não falou de medo para se relacionar a morte de seu primo ou enteado. O medo foi relatado quando disse que já tem uma filha e que desistiu do sonho de ter um filho homem, porque “morre de medo”. Seu medo se justifica no alto índice de mortes de jovens negros, no que ela testemunha enquanto companheira de um homem negro que é constantemente parado pela polícia.

O temor de Bruna se baseia nos estigmas que se tem dos jovens negros, das pessoas negras²⁵. Lembrou do relato de uma professora da UFRGS que, segundo ela, banalizava a violência da Aroeira. A professora comentou sobre a morte de um rapaz morador da região num tom de lamento, como se a morte tivesse sido causada pela “guerra do tráfico”. Bruna ficou extremamente incomodada. O rapaz havia morrido por leucemia. Em suas palavras: “A pessoa nem morreu em

²⁴ O nome das facções foi substituído por A* e Q* por motivos de segurança.

²⁵ Essa questão já foi trabalhada no capítulo 2.

decorrência daquilo, mas como pertence a um território e é negro automaticamente vira bandido.” Algo nesse mesmo sentido também aparece na fala de Mãe Paty quando ela diz que: *“Quando a gente mora na comunidade é foda as coisas”*.

Com o que foi apresentado nesse item sobre as expressões do sofrimento causado pelo homicídio de um jovem negro às que ficam, procurou-se dar fundamentos à noção de que os homicídios não são fatos pontuais, constituindo-se em um evento crítico para aquelas que os testemunharam. Diz-se isso baseado no que afirma Olavo Pinto Filho (2016, p. 484): "Um evento crítico, diz Veena Das, não se encerra no momento de sua ocorrência, ele é ampliado e dura em seus relatos e memórias, articulando múltiplas temporalidades".

Nesse sentido, cabe finalizar essa seção apresentado a observação que Arosi (2013) faz quando fala do uso que muitos dos seus entrevistados fazem de medicamentos. A autora coloca que isso não significa que o sofrimento vivenciado pelos familiares de vítimas de violência “esteja circunscrito a uma lógica médica” e recorre a Biehl (2008) para dizer que “as pessoas são mais do que seus diagnósticos” (AROSI, 2013, p. 88).

Tal colocação merece destaque, porque ajuda a visualizar melhor o porquê dos relatos – e não apenas os que dizem respeito ao adoecimento e ao uso de medicamentos – das mulheres entrevistadas nessa dissertação se inserirem no campo do sofrimento social. As experiências que narram dos homicídios dos jovens negros são permeadas por dor, muitas vezes causam adoecimento e apontam consequências que podem sim dizer respeito a uma esfera individual, privada. Porém, tudo isso se relaciona com um plano mais amplo. Como procurou-se evidenciar no capítulo 2, a origem do sofrimento aqui narrado (os homicídios) tem suas bases em questões estruturais da sociedade, e as formas como elas vão vivenciando e lidando com as consequências dessa perda dialoga com questões mais amplas como será visto nas próximas seções.

Quadro 2 - Como o sofrimento se manifestou e como se intensificou

- Acionamento ao papel da maternidade;
- Adoecimento/Medicação;
- Ameaças;
- Estigmas;
- Medo;
- Memórias dolorosas;
- Rumores;
- Silêncio;
- Trauma;
- Tristeza;

Reabitando o cotidiano

Inspirando-se na obra de Veena Das, nomeou-se os aspectos que serão trabalhados nesta seção como formas de reabitar o cotidiano. Relaciona-se a maneira como as interlocutoras da pesquisa narram que reagiram ao homicídio e como conseguiram, apesar de todo sofrimento, dar seguimento às suas vidas. A família foi central nos relatos, ademais trabalho e militância também foram instâncias mencionadas por algumas entrevistadas como importantes para tornar o viver possível.

Para Veena Das (2007 apud LACERDA, 2012), os eventos críticos podem promover uma suspensão absoluta do cotidiano de quem os presencia, o que, segundo Lacerda (2012, p. 308) “representa uma configuração possível de comunicação da relação com o morto e do pesar”. Elementos nesse sentido foram observados no item anterior, onde a morte dos jovens negros foi narrada pelas entrevistadas como algo que abalou suas vidas e suas rotinas.

Na sua concepção, o costume de pensar em agência apenas em termos de transgressão está estritamente relacionado com a existência de “um certo tipo de modelo heroico de resistência, um romance de resistência”²⁶ (DAS, DIFRUSCIA, 2010, p. 137, tradução minha), o que acaba empobrecendo as investigações sobre

²⁶ No original: “[...] a certain kind of heroic model of resistance, a romance of resistance”.

contextos de violência. Das defende que para entender tais contextos é preciso voltar o olhar ao cotidiano.

Francisco Ortega (2008, p. 24) interpreta que tal exercício de “descer ao cotidiano” permite identificar “[...] el repertorio de acciones posibles disponibles para los actores sociales, en particular para aquellos que se hallan en condiciones de subordinación social.” Ademais, complementa afirmando que essa preocupação de Veena Das demarca:

[...] la urgencia de iniciar una crítica a estas teodiceas a través de una mirada que rescate las voces de la gente común para hacer surgir las múltiples, complejas e incluso contradictorias narrativas de sufrimiento social. (ORTEGA, 2008, p. 33).

Oliveira (2013) mostra que todos os familiares de vítimas de violência letal causada por policiais que participaram de seu estudo apresentaram – em maior ou menor grau – uma sobrecarga emocional após a perda e isso impactou suas rotinas e atividades diárias. Esse achado sustenta a importância e a complexidade que Veena Das concede ao cotidiano quando afirma que vê “a vida cotidiana como uma espécie de conquista, não apenas como parte do hábito”.²⁷ (DAS, DIFRUSCIA, 2010, p. 137, tradução minha).

E se é o cotidiano que é afetado, é no cotidiano que as pessoas que experienciaram acontecimentos violentos encontram espaço para se autorreconstruir. É isso que Veena Das (2008, 2011) procurou observar, como as pessoas se apropriam da experiência dolorosa para dar seguimento às suas vidas e como voltam a habitar esse mundo, e é um exercício neste sentido que será feito a seguir.

Estudos – como os realizados por Araújo (2012), Costa (2015), Oliveira Jr. (2010), Sonoda (2016) e Teixeira (2016) – mostram como a instituição familiar é central para muitos familiares de vítimas de violência e como ela foi elementar para que essas pessoas conseguissem contornar a dor que a perda lhes ocasiona. Abordam questões como a união entre familiares que foi estimulada após a morte de um parente, a família enquanto pessoas que estão presentes em momentos críticos e que se colocam como um “ombro amigo”, além de auxílio financeiro para lidar com as questões burocráticas necessárias depois de uma morte, como funeral.

²⁷ No original: “I see everyday life as a kind of achievement, not just as part of habit.”

Maria Eduarda considera que reconstruir sua vida após a morte do ex-companheiro foi “muito mais fácil” do que outras mulheres, porque era jovem (tinha 19 anos) e porque teve muito apoio da família e dos trabalhadores do centro. Diz que não “teve tempo para ficar depressiva”, em razão das pessoas de seu círculo terem lhe procurado e lhe convidado para fazer coisas após a perda. Foi interessante perceber o insight que teve durante a entrevista:

Eu agora recapitulando, realmente chama atenção essa questão da rede. Quando tu perde uma pessoa através da violência, de todo esse suporte que tu tem. Eu tinha falado até pras gurias que tem a Solange, a irmã do Everton, por exemplo. Só de tu entrevistar ela tu ia perceber o quanto impactou na vida dela. Porque ela, exatamente por isso, porque ela não teve essa rede de apoio. Tem família, tem tudo, mas é um apoio diferente. [...] Então são coisas que a gente, conversando contigo, que a gente observa. A importância de ter uma rede...

Teixeira (2016) observou na fala de algumas mulheres entrevistadas para sua tese que a família, sobretudo as crianças, parecem dar sentido a vida de quem perdeu um filho em uma morte violenta. Dona Clô e Dona Rosângela fizeram falas que vão de encontro a esse achado da autora.

Dona Rosângela afirma que “O que dá força é os que ficam, né?”. Fala que sua família – “sua casa” – foi muito importante para lidar com a morte de Nicolas: “Olhar pra eles e, né, e ter que continuar... Em nenhum momento pensei em desistir da vida por causa deles. [...] E são a minha vida até hoje, né? A família da gente é a vida da gente.”

Isabela quando centra seu relato na instituição familiar, diz que as mulheres negras da vila onde mora criam os filhos, os sobrinhos, os afilhados, os vizinhos. Ela nomeia isso de “família cooperativa”: “porque todo mundo se ajuda de alguma forma”. E conclui:

Então quando uma mãe perde um filho acaba que várias famílias perdem um integrante, né? Porque de alguma forma aquela pessoa passou por várias pessoas mesmo não sendo biológico. Muito difícil uma família sobreviver dentro da vila sozinha. Ninguém sobrevive. Não sei fora da vila, porque eu moro dentro da vila. Mas dentro da vila a gente sobrevive um cuidando dos outros, em todo momento, em várias etapas, e por isso que todo mundo se conhece, conhece a família e tem referência.

Ainda relacionado à família, Dona Clô faz um relato extremamente carinhoso sobre os netos. Sua fala não deixa dúvidas de que sua relação com eles é extremamente importante para sua vida:

Ela [uma das netas] não pode ficar longe de mim. Ela voltou e ela tem caminha no meu quarto. Ela abre os olhos e diz 'Vó, eu te amo', 6h da manhã antes de eu vir pro serviço. Ela vem pro galpão, ela vem correndo lá da porta me beijar. O Rafael que tá ali na frente morando com o vô deles, vem aqui e vem me beijar. [...] E graças a eles eu consegui melhorar bastante. Porque olha se eu não pensasse na Nina [neta], meu Deus. Acho que eu não teria conseguido não, nem pelo Jader [filho mais novo]. Porque acho que o Jader já tá grande, né, aí a Mari fica mais difícil. Sem eu ia ficar pior ainda.

Mas Deus o Livre... Ser vó, é melhor do que ser mãe. Tu pode amar com o tamanho, com a mesma intensidade, mas não tem aquele compromisso de ir lá cuidar de tudo.

Teixeira (2016) também identificou que crianças da família de uma vítima já expressavam sentimentos relacionados à morte. O mesmo também foi observado em uma fala de Dona Clô, quando ela fala do consolo que recebeu de um neto:

Mas se não fosse eles eu acho que eu tinha piorado bastante. O Rafael chegou a me ver muito chorando, eu não bebia mais. Aí eu, ele falou pra mim, 'Oh vó, eu vi o Ismael, ele disse bem assim oh: Que ele não tem nada, que ele tá bem, que era pra ti parar de chorar', tentando me convencer pra mim parar de sofrer. Ele tava sofrendo com meu sofrimento. Tudo isso eu pude ver, pude comprovar.

Os relatos sobre a importância da família para a reconstrução de suas vidas se relaciona com o sentido positivo que a memória pode exercer na experiência das que ficam. As lembranças são acionadas como uma espécie de refúgio e muitas vezes esse refúgio está incorporado na em outros membros da família como irmãos ou sobrinhos dos jovens negros vitimados. No trecho a seguir, Dona Clô fala sobre a filha de Ismael com tranquilidade e esboçando um sorriso. A lembrança que a menina lhe causa parece realmente ser agradável:

Nos domingos ela vai na minha casa, a menina tá com 3 anos. É a cara dele. Olhando pra ela assim dá um filmezinho, passa um filmezinho olhando pra ela de quando ele era pequeno.

O mesmo pode ser observado nos trechos a seguir do relato de Dona Rosângela:

Ele, o Nicolas, sempre foi muito, sempre foi levadinho. Era muito curioso. Muito sapeca. Muito ligeiro. Um tempo ele lutou capoeira, ele era muito bom de briga (riu), como eles diziam ‘moleque bom de briga’. Ele era um sapeca, um danado, ele era o mais danadinho, o mais danado deles. O mais ligeiro que nem se diz, né (riu de novo).

Ele é lembrado sempre, sempre. Tem um [irmão] que é parecido com ele, às vezes eu olho assim ‘Meu Deus’... Às vezes vem vindo na esquina assim e eu assim ‘Meu Deus’. (Ri) Meio cambotinha assim, baixinho. É irmão, mas não tem como não ser parecido, né? E tenho o neto que... Nossa, tudo que o guri fazia ele faz: dança, joga futebol. Ai, joga futebol como ninguém, era canhoto. E esse sobrinho não é parecido de aparência, mas gosta e faz as coisas que nem ele. Parece que Deus manda pra gente de volta parece. É bom...

E, assim como Maria Eduarda, Dona Rosângela e Dona Clô também relataram a importância que o Centro – e, portanto, seu ambiente de trabalho – desempenha para a reconstrução de suas vidas depois da perda de seus filhos. Depois que Ismael desapareceu, Dona Clô ficou um tempo sem trabalhar no Galpão de Reciclagem. Para que ela pudesse retornar sem prejuízos, ela relata que cada colega cedeu uma parte de sua produção para ela (o trabalho no galpão de reciclagem não é por turno, é por produção).

Para Dona Rosângela as dimensões família e trabalho se misturam. Seu marido é primo da líder comunitária que foi uma das principais responsáveis pela criação do Centro. Fala que: “ao mesmo tempo que tinha apoio familiar, tinha também do trabalho, porque são colegas de trabalho eram família também”. as mesmas colegas de trabalho também”. Seu relato a seguir explora mais a importância que seu trabalho teve nesse contexto:

[...] o trabalho, sim.. Muito importante. Importante porque eu era muito muito muito envolvida, né? E sou ainda, né? [...] Talvez se fosse, talvez em outro lugar eu nem voltasse, né? Elas me abraçaram, abraçar eu digo me ajudaram, né? Inclusive meu marido disse assim pra mim, no quinto dia [após a morte do filho] eu vim [para o trabalho] e meu marido até disse assim pra mim um dia antes. Eu chorava muito agarrada num chapéu dele que ficou com um buraco da bala. E meu marido disse pra mim: ‘Vai trabalhar, vai lá no galpão’. Porque ele sabia que eu gostava daqui, sabia que aqui eu ia ter um colo, um ombro e o trabalho me ajudou bastante a me reerguer, né? Foi bem assim.

Diversos trabalhos – como os realizados por Almeida (2013), Araújo (2012), Arosi (2013), Gonçalves (2012), Lacerda (2012), Moura (2007), Rocha (2012) e Sonoda (2016) – centram suas análises no engajamento político organizado que pessoas desempenham a partir da perda de algum familiar por morte violenta. No que diz respeito ao campo dessa dissertação, a militância foi observada apenas nos casos de Bruna e Mãe Paty.

Bruna acredita que o homicídio do primo, cuja motivação foi tão banal²⁸, serviu como um grande estímulo para que ela entrasse na militância. Começou sua trajetória militante dentro do seu bairro, tornou-se líder comunitária, foi candidata em 2018 a deputada estadual no Rio Grande do Sul e até o momento do relato trabalhava como assessora parlamentar. Pondera que para muitas pessoas os homicídios, sobretudo de jovens negros, é como uma dor de dente: dói, mas é comum. E afirmou que sua luta é contra a naturalização da violência. Para ela o comum não pode ser normal.

Já Mãe Paty desempenha o papel de liderança comunitária e religiosa na Vila Juazeiro, localidade onde também reside. Frequentemente relatou que era muito difícil vê-la em casa, pois sempre tem tarefas relacionadas à sua atuação política ou religiosa. Diversas vezes falou e mostrou fotos das atividades da sua casa de religião, suas intervenções na Câmara dos Vereadores, fotos de reportagens em que apareceu. A conversa foi constantemente pausada por seus familiares ou filhos de santo que entravam em sua casa perguntando por ela para resolver alguma questão.

Ela não chega a afirmar que toda essa dedicação às suas atividades tenham sido determinadas pelo homicídio do irmão, já desempenhava essas funções antes dele falecer. Porém, se sua fala de que não vai conseguir trazer o irmão de volta for retomada, parece que sua atuação enquanto liderança comunitária e religiosa é importante e tem ainda mais sentido se confrontada com a dor da perda. O manter-se muito ocupada, como mesmo relata, é algo necessário no contexto de violência e de privações de direitos onde está inserida.

Existe, porém, uma diferença significativa da atuação tanto de Bruna quanto de Mãe Paty com o que os trabalhos anteriormente mencionados observaram. Movimentos como as Mães de Maio de São Paulo – como mostra Gonçalves (2013)

²⁸ O menino foi morto porque não quis dar seu picolé a outro garoto.

– e os coletivos que compõem a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência do Rio de Janeiro – como mostram Almeida (2013), Araújo (2012), Arosi (2013), Moura (2007) e Rocha (2012) – constituíram seu ativismo em torno do fato de serem familiares de vítimas. Em seus relatos, a militância que desempenham tem sim relação com as suas perdas violentas, mas nenhuma delas se organiza politicamente em torno dela. Fazendo uso do termo de Arosi (2013), nenhuma delas fez um uso político da categoria “familiar de vítima”.

Debruçar-se sobre todos os relatos nesta seção abordados é compreender como as mulheres escutadas nessa pesquisa, apesar de todos os efeitos doloridos que suas perdas lhes causaram, conseguem reconstruir suas vidas. Oliveira (2013) faz uma ponderação relevante em relação a isso ao afirmar que a reorganização das vidas dos familiares de vítimas de homicídios praticados por policiais não significa a superação da perda. É como Das (2008b, p. 346) identificou na fala de suas interlocutoras: a cura é “[...] simplesmente, a capacidade de suportar”.

Quadro 3 - Como foi possível reabitar o cotidiano

- Apoio da família: “família cooperativa”;
- Apoio dentro do ambiente de trabalho;
- Memórias/Lembranças positivas
- Militância

Conhecimento venenoso

Cabe agora debruçar-se sobre como as interlocutoras dessa pesquisa relatam que os homicídios dos jovens negros lhes ensinaram, sobre como suas perdas lhes fizeram criar estratégias. São falas que estão relacionadas ao medo, que é uma das expressões de sofrimento relatada pelas que ficam após a perda. Ademais, têm a ver também com estratégias para (sobre)viver. Isso só evidencia o que já havia sido destacado de que as categorias não são puras e podem se conectar umas com as outras.

Veena Das propõe a noção de conhecimento venenoso a partir do que Martha Nussbaum chama de “conhecer mediante o sofrimento”. É quando uma experiência passada de dor se faz presente na rotina de quem a testemunhou enquanto pedagogia, enquanto conhecimento (DAS, 2008a).

Segundo Pereira (2010), tal metáfora é utilizada pela antropóloga para expor como as mulheres por ela investigadas lidam com o sofrimento que lhes foi causado. Esse conhecimento se manifesta em suas vidas diárias e acabam “construindo um mapa das relações sociais, permitindo-lhes operar as experiências violentas no cotidiano, na reconstrução do dia a dia (PEREIRA, p. 360-361)”. Ademais, como bem destacam Adriana Fernandes e Mariana Ferreira (2015), para Das o sofrimento não é algo escondido, é algo que está na superfície e que “[...] como veneno, ele circula, ainda que silenciosamente, nos corpos das pessoas.” (FERNANDES, FERREIRA, 2015, p. 8).

Das (2011), quando analisa a narrativa de Asha sobre a Partição da Índia, afirma que a memória de sua interlocutora não está posicionada no passado. A autora argumenta que para que seja possível reabitar o cotidiano, é necessário que a memória da violência seja constantemente mediada. Como coloca: “se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso.” (DAS, 2011, p. 35).

O acionamento do silêncio que Dona Rosângela e Dona Lurdinha demonstraram enquanto uma estratégia para preservar suas vidas e as vidas de seus familiares tem forte vinculação com o medo. Teixeira (2016) coloca que tal sentimento constrange os familiares de vítimas de violência a fazer reivindicações de questões relacionadas à perda e Acquaviva (2015) argumenta no mesmo sentido dizendo que acatar o silenciamento é interpretado pelos familiares como uma forma de garantir sua segurança.

Toda a fala de Dona Lurdinha foi moldada pelo medo. Expressou suspeita e temor para compartilhar a história do homicídio de seu familiar. Depois, quando já se sentia mais segura para fazê-lo, resguardava-se e pedia constantemente que aquilo “ficasse só entre nós”. Sua dor ensinou que silêncio é proteção.

Relatou que ela e outros familiares sabem quem esteve envolvido no homicídio, mas que a prioridade é pensar no que é melhor para sua vida e a vida de sua família. E, num contexto em que os responsáveis pelo crime moram na mesma rua que ela, não falar apresenta-se como a alternativa menos insegura.

Complementa dizendo que sua família sentiu vontade de denunciar, mas logo o medo lhes desencorajou. E finalizou: *“É como a gente diz: a gente é uma voz no*

silêncio. A gente vê e finge que não viu, escuta e finge que não escutou, sabe e finge que não sabe”.

No que diz respeito à experiência de Dona Rosângela, ela expressa logo início do seu relato que:

*“Eu perdi um filho há 14 anos atrás, ele tinha 21 anos para completar 22. Ahn... **Um tiro na cabeça que até hoje eu não sei quem foi e também nunca quis saber. Por que nunca quis saber? Porque a gente mora numa vila muito perigosa e eu tinha mais filhos.** Vai saber se eles não iam, né, querer por vingança, né, machucar mais alguém da minha família. Então eu nunca quis saber quem foi.”*

No momento em que viu o corpo de seu filho caído, uma pessoa – que ela tem impressão que era próxima do responsável pelo homicídio – perguntou-lhe se queria saber quem o havia matado. Mesmo extremamente agoniada, respondeu: *“Não sei e não quero saber”*. Os trechos a seguir demonstram que na sua interpretação sua reação além de surpreendente foi positiva:

Eu tive uma resposta tão divina assim, que ali eu já tava pensando na proteção dos outros, né?

Não tive nenhuma ameaça, porque eu acho que fui muito firme no momento em que me perguntaram ‘Tu sabe quem é?’. Eu acho que tive uma resposta muito sábia no momento. Então acho que já dei uma boa дума cortada. Eu não sei de onde saiu aquele ‘Não sei e não quero saber’, mas acho que foi a melhor coisa que aconteceu naquele momento. Não sei o que aconteceu, não sei, mas eu já cortei. E não teve nada de ameaça, todo mundo seguiu sua vida, até hoje. Graças a Deus.

Reações semelhantes às de Dona Lurdinha e Dona Rosângela também apareceram nos resultados das pesquisas de Costa (2015) e Araújo (2012). Costa (2015) traz o relato de uma mãe que temendo que algo ruim acontecesse com mais alguém de sua família, optou por não manifestar a sua revolta com a morte do filho. Já Araújo (2012) apresenta a interpretação e o lamento de uma mãe que teve o filho desaparecido em uma chacina: segundo ela, as outras mães que perderam os filhos na mesma chacina tiveram medo de se manifestar porque viviam em favelas e qualquer protesto ou questionamento representaria um risco de morte.

Conhecer os riscos e a violência que acometem o território no qual estão inseridas influenciaram a opção tanto de Dona Lurdinha quanto de Dona Rosângela

pelo silêncio. Pensando em resguardar as suas vidas e as vidas de suas famílias, elas se calaram ou, como diz Araújo, foram silenciadas.

Dona Clô, Isabela e Bruna também fizeram relatos sobre as precauções vinculadas à maternidade. Dona Clô, pensando nas ameaças que o filho mais novo recebeu depois do desaparecimento de Ismael, disse que nem cogitava levar mais alguém à delegacia nas vezes em que ia buscar informações sobre o caso do filho: *“Sim, eu ia sozinha pra polícia. Porque ainda ficava pior, né? Eu levava um dos meus filhos junto e ainda ficava pior a situação.”*

Já as falas de Isabela e Bruna abordam explicitamente que as precauções maternas também são norteadas pelo racismo. Bruna diz que sua experiência a fez desistir do sonho de ter um filho homem. Conhecer de perto o risco que um jovem negro tem de ser vítima de violência fatal a fez abdicar de seu desejo.

Para Isabela as diversas experiências de dor que mulheres negras vivenciam fazem com que já tenham cuidados específicos com as crianças desde o momento em que nascem:

Quando nasce uma criança, a mãe já fica tentando preservar ou educar. Não é preservar, é educar o filho. Ensinar ele algumas prevenções do tipo: não andar de capuz de noite, sabe? Aconteceu com meus irmão, com meus amigos, sabe? São coisas que só agora depois de adulta que tu começa a lembrar e a associar isso, que é assim: ‘não anda de capuz correndo’, sabe?

Quando tu é criança tu não vai questionar isso. A tua mãe disse, tu vai fazer ou não. E a tua mãe sabe porque ela tá fazendo, mas tu quando criança tu não sabe. Ou tu briga com a tua mãe, porque tu quer andar de capuz ou tu não usa e aceita numa boa.

Ressalta que é normal a preocupação que as mães têm em cuidar e proteger seus filhos. Acredita, porém, que as mães negras têm uma preocupação extra:

Mas é diferente com as mulheres pretas, porque não basta só dizer pra ele [filho] ir lá e não pular. As mulheres pretas, elas têm outros cuidados, porque os perigos são outros. Não é só o perigo de cair no chão e se machucar. Não é, esse é um perigo de toda criança.

Os meninos brancos não tem o perigo de tá correndo com o capuz na cabeça de noite que nem os meninos negros têm na vila. Tu tá na vila correndo de capuz, tu é suspeito. Às vezes, tu é muito mais que suspeito, às vezes, tu já é culpado.

Tanto a renúncia de Bruna quanto a reflexão de Isabela têm relação com o que observam Araújo (2012) e Oliveira (2013). Oliveira notou na fala de uma mãe que ela intensificou os cuidados com o filho mais novo depois de ter perdido um filho assassinado. Ela justifica que o faz por não querer viver outra perda. Já Araújo argumenta que essa cautela indica um permanente estado de alerta: o cuidado também se manifesta em tentativas constantes de prever toda e qualquer situação de risco, para assim evitá-las.

Suas colocações também têm a ver com a afirmação de Rocha de que o nível privado, o nível domiciliar, é um espaço significativo na luta de mulheres negras. A autora fala que é nesse espaço que mães negras dão insistentes orientações aos seus filhos e identificou que três são os conselhos mais frequentes: “[...] 1) temer tanto a polícia quanto os traficantes de drogas; 2) para levar a identificação adequada; e 3) estar adequadamente vestido.” (ROCHA, 2012, p. 66, tradução minha).²⁹

Teixeira (2016) afirma que os homicídios podem – em razão do medo e da tristeza que causam a quem vivencia os seus efeitos – provocar alterações nos padrões de circulação e convivência de um território. Costa (2015) menciona que famílias por vezes se veem obrigadas a abandonar a região em que moravam pelo medo e as lembranças dolorosas que restaram depois do homicídio. Foi algo nesse sentido que foi relatado por Bruna. Ela diz que pensando no futuro, principalmente no futuro da filha, saiu da Aroeira e foi morar em outra região.

Araújo (2012) e Almeida (2013) também falam de outras estratégias que familiares de vítimas de violência empregam para se resguardar. Como comumente os familiares vivem na região onde os responsáveis pelas mortes atuam ou circulam, ambos os autores identificaram que eles evitam sair tarde ou em horários de pouco movimento, além de evitar sair desacompanhados. Foi o que Dona Clô narrou. Ela mencionou as ameaças que recebeu do “chefe” do tráfico da vila onde mora, dizendo que ele chegou inclusive a proibi-la de ultrapassar uma área limitada pelo Centro onde trabalha. Depois de escutar diversas intimidações, compartilhou a sua estratégia:

²⁹ No original: “[...] 1) to fear both the police and drug dealers; 2) to carry proper identification; and 3) to be properly dressed.”

Eles disseram que vão me pegar, mas eu disse que se me pegarem vai ter testemunha. Eu não ando sozinha. Eu tô sempre andando com duas pessoas ou mais.

Quadro 4 - Como e porque conhecimento venenoso foi operado

- Abdicação de responsabilizar os autores do homicídio;
- Cuidados e preocupações específicas da maternidade negra.
- Mudar de território;
- Preserva a própria segurança e a segurança de outros familiares;
- Silêncio;

Percepções sobre o Estado

Resta apresentar aspectos que se relacionam com a última categoria identificada nas falas das entrevistadas: as suas percepções sobre e seus encontros com determinadas instituições estatais. Os relatos que aqui aparecem evidenciam que as interações com o Estado podem causar sentimentos de revolta e de humilhação.

A única interlocutora que narrou um esforço em tentar buscar os responsáveis pela violência que vitimou seu familiar foi Dona Clô, que teve o filho desaparecido. É importante apresentar esse resultado junto de uma ressalva que autores como Oliveira (2013), Teixeira (2016), Costa (2015) e Araújo (2012) já fizeram: o medo representa uma barreira na busca dos familiares por justiça pela violência que tirou a vida de seus entes queridos. Ao apresentar o empenho de Dona Clô, não se pretende forma alguma afirmar que ela sentiu mais ou menos a violência que Ismael sofreu do que as outras familiares que foram neste trabalho escutadas. Como procurou-se salientar e apresentar durante toda a escrita, os contextos nos quais essas mulheres estão inseridas são complexos e as decisões que tomam depois da ocorrência de suas perdas também estão respondendo a essa complexidade.

Dona Clô conta sobre suas peregrinações pela vila em busca de pedaços de corpos que pudessem ser de Ismael. Todos os resultados foram negativos. Até o momento da entrevista não havia conseguido descobrir o paradeiro do filho. Relatou também que ia constantemente à delegacia conversar com o delegado responsável pelo caso em busca de novidades.

Dois dias após o vídeo de Ismael sendo torturado ter sido publicado por uma página no Facebook, foi à delegacia. Considerou que era uma prova valiosa e que poderia ajudar na investigação. Questionou se sabiam de algo sobre e responderam-lhe que não, que ela deveria ter levado o vídeo até eles. Tal registro, porém, foi apagado e com decepção completa: “*tiraram do ar e, claro, ninguém gravou né? E daí não conseguiram encontrar...*”.

Nessa ocasião o delegado conversou com ela na frente de várias pessoas. Quando ele se ausentou para fazer a cópia de uma foto de Ismael, uma moça se aproximou dela dizendo: “Eu sei quem é teu filho. Teu filho foi morto na Vila X³⁰. Tem até um vídeo aí dele”. Dona Clô continua o relato:

*Aí ela falou que ela era dos Ç*³¹ lá do [um bairro da Zona Leste]. Que, se eu tivesse falando alguma coisa deles, ela tipo ia fazer uma coisa até contra mim e [...] já começou dali já a me intimidar.*

Aí quando o Lenon [delegado] voltou, ele chegou bem perto de mim e eu falei pra ele que tinha botado minha vida em risco. E ele falou: ‘Como assim?’. E eu: ‘Como assim? Tu falou na frente de um monte de pessoas [comigo] e, quando tu foi lá pra dentro, a menina veio aqui e me ameaçou.’ E ele falou: ‘Ah isso não existe, como assim?’.

Quando ela viu eu falando isso, ela se mandou embora. Eu acho que nem tinha passado, falado nada, porque nem registro dela tinha ali. Procuraram mais ou menos a idade que eu falei e ninguém tinha passado por lá pela recepção com aquela idade. Aí ele queria saber quem era. E perigando ainda deixar pior a situação do que já tava.

Além desse atendimento que considera irresponsável, visto que lhe colocou em perigo, Dona Clô demonstra desesperança no trabalho da polícia. Expressando irritação, conta:

Eles pensam que eu sei [o que aconteceu com Ismael]. E eu sei bastante coisa, mas eu não posso ir lá falar isso, né? Porque eu não tenho provas, eu não tenho, né? Porque eu andei... Mesmo sozinha eu tentei, sabe, fazer alguma coisa. Procurar saber, perguntar, saber se alguém sabia. Um monte de gente falou assim pra mim ó: ‘Mesmo se eu soubesse eu não te contaria porque é muito doloroso’. (pausa) mas tipo assim eles só queriam saber mesmo o que eu sabia. Na verdade eles não sabiam era nada.

³⁰ Oculta-se o nome da vila para preservar a segurança de Dona Clô.

³¹ Nome de uma facção que também foi ocultado.

Para Vieira (2009), os processos vividos pelos familiares após os homicídios mostram a ineficiência e a incompetência que o Estado tem em resolver esses casos. Observa-se nessa fala de Dona Clô “[...] um sentimento de impotência e quase certeza da impossibilidade da justiça, da não punição dos responsáveis e de que jamais encontrará o[s] corpo[s]” que uma mãe entrevistada por Araújo (2012, p. 124) narrou.

A experiência que Dona Clô teve nesses encontros com a polícia relacionados à investigação do desaparecimento de Ismael tem a ver com a ideia abordada no Capítulo 3 de revitimização. Assim como Dona Clô, um pai entrevistado por Araújo (2012) critica que a responsabilidade de investigar o desaparecimento foi transferida à família. Para Acquaviva (2015) e Oliveira (2013), o descaso e a morosidade que são identificados nos processos investigativos causam mais dor e sofrimento às famílias.

Outras críticas relacionadas à atuação policial foram tecidas por Dona Clô, assim como por Mãe Paty, Bruna e Isabela. Esses relatos dão conta da materialidade da ideia de guerra infraestrutural proposta por Mbembe com o conceito de necropolítica. Neles fica perceptível a existência de uma territorialização racial produzida pelo Estado que torna possível que a população negra esteja constantemente condenada à morte.

Bruna argumenta que o poder público “*fecha escola, fecha praça, fecha campo de futebol, tira cultura*” e assim acaba por desmantelar, fragilizar a população negra e periférica. Quando fala do fato de ser companheira de um homem negro e do fato de que são constantemente parados pela polícia, demonstra que o que acaba restando para estes corpos é a eterna vigilância.

Dona Clô fez uma fala semelhante à de Bruna. Segundo ela:

Na Vila a gente tá encurralado. Quando não é um lado é o outro. Quando não é os chefe, é a Brigada. Eles treinam tiro lá perto do meu beco. E me dá um nojo, porque eles ficam lá gastando gasolina e passando por eles [traficantes] vendendo droga e não fazem nada.

O entendimento de Mãe Paty de que a atuação da polícia (Brigada Militar) não tem capacidade de diminuir os homicídios, porque não é voltada para minimizar a violência vai nessa mesma direção. Narrando casos de violência policial que testemunhou, ela conclui que a atividade policial é atravessada de abusos de

autoridade. Diz que os policiais “eles se acham os donos da razão, se acham com superpoderes”.

Já o longo relato feito por Isabela também expressa a mesma ideia das entrevistadas anteriormente mencionadas. Ela diz que “o poder policial, ele acha que é supremo amigo direito de Deus e que todos têm que, é, obedecer eles e baixar a cabeça”. Completa:

E na verdade, é, tem uma cultura dentro das comunidades que as pessoas têm medo da polícia e não têm medo dos traficantes, né? A chance de acontecer uma coisa, dos traficantes fazer pra comunidade é muito pequena, é, a polícia faz coisas pra comunidade. As polícias vão lá, metem os pé nas casas sem saber de quem é a casa, sem saber quem mora, sem saber quem tá dentro. Vai lá e mete o pé, quebra a porta e quebra o móvel, destrói a casa dos outros e não tem nada ali. Pode acontecer de ser a casa de um traficante, mas pode acontecer de ter só um morador dormindo.

É... A polícia vai lá e mata uns meninos. Principalmente, acontecem mais com os meninos negros, de achar que ele é suspeito. Então tu tem um menino 7 horas da manhã negro indo trabalhar, ele vai ser abordado pela polícia, porque ele é suspeito de tá na esquina da rua vendendo droga. Eles não querem saber se ele tá indo trabalhar, eles só vão saber depois de parar, botar no paredão, revistar, e não sei o que. Depois eles vão perguntar o que ele tá fazendo na rua.

Então tem vários fatores que faz que a violência aumente, uma dessas coisas é isso. Daí a gente não confia na polícia, então a gente vai buscar outra solução que não seja a polícia.

Lima (2010) entrevistou a irmã de um jovem negro vítima de homicídio. O relato da moça coincide com o que as quatro entrevistadas colocam acerca da atuação do estado: “O racismo é uma doença crônica, não somos iguais, porque o racismo aparece pela atitude. A ação da polícia no bairro é uma ação preconceituosa e discriminatória”. (LIMA, 2010, p. 59).

Moura (2007) também trata dessas dimensões referidas por Mãe Paty, Dona Clô, Bruna e Isabela. Segundo a autora:

O fato de morarem em comunidades pobres e violentas constitui, muitas vezes, uma dificuldade acrescida na luta pelos seus direitos e potencializa diferenças de tratamento por parte dos órgãos públicos. Os relatos das entrevistadas revelam uma enorme falta de confiança nos órgãos de segurança e pessoas a eles associadas, no Rio de Janeiro. De fato, a polícia e as suas formas de atuação são bastante criticadas por familiares de vítimas.” (MOURA, 2007, p. 135).

Falta agora concluir esta seção abordando os relatos que mencionam os sentimentos relacionados à humilhação e vergonha. Baseando-se na ideia de Kleinman, Das e Lock (1997), os homicídios de jovens negros são aqui entendidos como acontecimentos que causam sofrimento social, pois envolvem diversas dimensões – como saúde, segurança e justiça. Para Araújo (2012, p. 42), “o conceito de sofrimento social abrange, portanto, um conjunto de experiências disruptivas e uma complexa dimensão moral”.

Teixeira (2016) retoma o achado de Bussinger de que mães que tiveram filhos vítimas de homicídio têm seu sofrer acentuado por conta do tratamento humilhante e displicente que recebem por parte do Estado. Isso faz com que experimentem “um lugar social marcado pela inferioridade, que, nesse caso, se revela como o lugar do anonimato, do desamparo legal e do abismo que separa aqueles que usufruem dos direitos legais dos que não podem fazê-lo”. (BUSSINGER, 2010, p. 21 apud TEIXEIRA, 2016, p. 176).

Da mesma forma, Araújo (2012), Caritá (2010) e Vieira (2009) abordam também como processos vivenciados após o homicídio podem se configurar como experiências vexatórias. Assim como a lentidão no processo de investigação narrado por Dona Clô, sentimento de humilhação também é um fator revitimizador.

Mãe Paty e por Dona Rosângela em suas falas revelaram algo neste âmbito. Mãe Paty relata que, além de ter que lidar com a angústia que a morte do seu irmão causou, sentiu-se extremamente humilhada quando seus filhos foram convocados a depor na investigação do homicídio. Já Dona Rosângela, sabendo que o procedimento de recolher o corpo é algo que demora a acontecer, afirmou que “ainda bem” que o homicídio de Nicolas ocorreu pela noite. Ela diz:

Foi 11:30, vieram recolher o corpo dele 2:30 da manhã, demora né? E eu, ainda bem, que foi de noite, porque é de dia é muito humilhante tá cheio de gente em volta olhando. Porque ele virou na verdade que se dizia muito, ele virou chinelo, roubava qualquer coisa, roupa. Então certamente ia ter pessoas que iam dizer ‘Bem feito’. Então pra mim foi melhor que foi de noite, que foi à noite, não tinha muita gente.

O constrangimento expressado pelas duas tem a ver com uma dimensão moral. As mortes de seus familiares lhes, além de tristeza, causou-lhes também uma dor moral.

Quadro 5 - Imagens resultantes das interações com o Estado

- Inoperante;
- Humilhante;
- Violento
- Discriminador.

Reação das entrevistadas acerca do tema da pesquisa

Pelo fato de seis das sete mulheres escutadas neste trabalho, após o objetivo da pesquisa ter sido a elas exposto, terem demonstrado que acreditavam que se tratava de uma iniciativa interessante, julgou-se relevante adicionar essa breve seção. Algumas delas chegaram inclusive a agradecer à pesquisadora depois de terminarem seus relatos.

Simone, a psicóloga do Centro Cultural da Vila Limoeiro que estava presente nas três entrevistas lá realizadas, pediu permissão para intervir quando a entrevista com Maria Eduarda ia encerrando. Ela falou sobre a minha primeira visita ao Centro, disse que no momento em que falei pela primeira vez com Dona Clô percebeu a necessidade de Clô em falar sobre sua perda. Sugeriu que pensássemos em organizar um grupo de escuta com mulheres que tenham perdido algum familiar por morte violenta, já que identificava que haviam outras pessoas que frequentam o Centro nessa situação.

Maria Eduarda concordou que poderia ser um encaminhamento interessante. Finalizou o encontro perguntando mais sobre a pesquisa, porque eu estava buscando mulheres do seu perfil, perguntou se o trabalho já tinha título. Respondi o título do projeto de qualificação (“Racismo de estado e resistência cotidiana: o homicídio dos jovens negros e a narrativa das que ficam”), mas pontuei que o título ia mudar. Falei que me interessava por essa questão por pesquisas mostrarem que o perfil de quem mais morre por homicídio no Brasil é de homens jovens negros e que como são quem mais morrem, seria lógico pensar que quem mais permanece são as mulheres e as mulheres negras.

Atentamente ela me escutou e ficava balançando a cabeça como que concordando com o que eu dizia. Antes de sair, despediu-se com um sorriso e disse que achou a proposta do trabalho “bem legal”.

Quando conheci Dona Clô tive a oportunidade de conversar com ela por cerca de 30min. Nessa conversa expus sobre o que se tratava a pesquisa e perguntei se ela aceitaria conversar comigo em outra ocasião. Tendo aceitado, nos despedimos e eu lhe agradei o aceite. Ela respondeu dizendo: “De nada, é bom saber que nossa história triste serve para ajudar alguém”.

No final do segundo encontro, quando realizamos a entrevista que foi gravada, Dona Clô me olhou, abraçou e sorriu. Agradeceu pela “conversa”. Apresentei para ela a ideia que a psicóloga do Centro teve em talvez pensar na criação de um espaço como uma roda de conversa entre pessoas que passaram por situações semelhantes a dela.

Demonstrou bastante interesse. Fez perguntas sobre como seria a configuração do grupo, se seriam só mães. Nesse momento Simone também participou e disse que poderíamos pensar se só mães ou talvez outras pessoas.

Quando apresentei à Dona Rosângela a proposta do grupo, para responder-me falou sobre a dinâmica do seu trabalho. Disse que trabalham em grupos de quatro a seis mulheres e que constantemente esse grupo vai sendo trocado para que elas possam se conhecer. Relatou que como passam muito tempo dentro do galpão trabalhando – de 8 a 12 horas – muitas tristezas acabam sendo compartilhadas. Na sua percepção, acha que as mulheres estariam abertas a esse tipo de assunto.

No final do nosso encontro, agradei a Dona Rosângela por ter se colocado à disposição em falar comigo. Ela deu um longo suspiro, sorriu e disse: “Foi bom conversar, boa sorte, tá? Na tua faculdade, tá?”

Dona Lurdinha depois de eu ter falado sobre a minha pesquisa, perguntou sobre como eu me aproximei do tema, porque eu pesquisava sobre isso. Perguntou se eu era do Maria Mulher. Eu respondi dizendo que não fazia parte do coletivo, mas que havia conhecido Deisi por intermédio de uma ex-colega de uma pesquisa que eu participei na Universidade. Relatei que Deisi havia me convidado para o evento da praça, onde nos conhecemos, para que eu pudesse fazer alguns contatos com possíveis entrevistadas. Relatei para ela que a questão do medo, do silêncio e da dor apareceu nas negativas de entrevistadas que eu recebi. Disse que entendia que se tratava de um assunto extremamente delicado e julguei que cabia compartilhar com ela que também havia perdido um familiar nessas circunstâncias.

Após ter dito isso, demonstrou estar mais segura. Perguntou onde mais eu havia feito entrevistas, se eu havia conversado com mais gente da Aroeira. Disse que havia estado em uma vila da Zona Leste e que da Aroeira só havia conversado com ela até o momento.

Assim como o fiz com outras entrevistas, agradeci-lhe no término do nosso encontro. Ela agradeceu de volta e desejou boa sorte. Disse que sabia que era difícil conseguir achar pessoas dispostas a falar sobre isso, mas que achava importante fazê-lo.

Bruna no pouco tempo em que conversamos também demonstrou entusiasmo com a proposta da pesquisa. Disse que achava que os homicídios era a pauta que menos se havia avançado no debate político e achou interessante uma pesquisa lidando especificamente sobre a questão de mulheres negras relacionada aos homicídios de jovens negros.

Por fim, apresento a reação de Mãe Paty. Quando uma de suas filhas se aproximou de nós e perguntou quem eu era, ela respondeu dizendo que eu era uma amiga. Explicou que eu estava fazendo uma pesquisa sobre o que ela passou. A filha perguntou “Como assim?”. E Mãe Paty explicou que a pesquisa era mulheres negras que haviam perdido algum jovem negro por homicídio. Disse que queria ver o resultado do trabalho e que se caso não tivesse compromissos na data, gostaria de assistir à apresentação na defesa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

And of course I am afraid, because the transformation of silence into language and action is an act of self-revelation, and that always seems fraught with danger. (Audre Lorde)

A construção dessa pesquisa baseou-se no contexto alarmante que o Brasil apresenta no que diz respeito à violência e à segurança pública, em que registra-se mais de 60 mil homicídios por ano. E neste cenário a vítima preferencial dessas mortes são os homens jovens negros.

Estudos sobre familiares de vítimas mostram que os homicídios não são eventos que acabam por si só, não são fatos pontuais. Eles continuam a reverberar, causando efeitos àqueles que faziam parte do círculo social da pessoa vitimada fatalmente.

É levando isso em consideração que este estudo interpretou os homicídios de jovens negros como expressão de uma política de gestão da morte – necropolítica – e como eventos críticos, como acontecimentos que causam uma ruptura da vida de quem os testemunha. Para tanto, teve-se como universo de análise o relato de mulheres negras acerca de homicídios de jovens negros ocorridos em Porto Alegre.

Seus relatos foram analisados a partir da ideia de sofrimento social. Segundo essa noção, o sofrimento deixa de ser uma experiência exclusivamente privada e se torna uma experiência coletiva quando é resultante das interações com poderes que fogem do domínio do indivíduo, como o poder econômico e político. O esforço foi, inspirando-se no trabalho da antropóloga indiana Veena Das, fazer um exercício de descida ao cotidiano e demonstrar a importância de fazê-lo

Descer ao cotidiano é romper com os modelos ditos heroicos de resistência empregados contra uma violência e buscar as possíveis reações que são exercidas contra ela no dia a dia. Portanto, ao invés de tentar responder questões como, por exemplo, o motivo pelo qual as entrevistadas não se organizavam em torno da categoria política familiar de vítima, buscou-se analisar em seus relatos as outras possíveis formas de reação e reconstrução frente à perda que estavam narrando.

Dessa forma, empregar tal esforço permitiu que se percebesse a forma como as mulheres aqui escutadas expressam o sofrimento causado pela morte de um jovem negro por homicídio. Percebeu-se que essa perda se manifesta em sentimentos como medo, tristeza, vergonha e memórias dolorosas. Ademais, por

vezes a angústia é tão grande que pode levar a adoecimentos e a necessidade de usar medicação.

Rompeu-se, porém, com uma visão que tende a interpretar essas mulheres enquanto indivíduos passivos à dor que os homicídios lhes causam. Presumir que ficam inertes após a perda é fazer uso de uma lente limitada e estigmatizante que enxerga a resistência de forma demasiadamente idealizada, romântica e que impede que outras questões sejam consideradas. Fazer o esforço de olhar o cotidiano, ainda que não possa ser da mesma forma que Veena Das o fez em virtude do curto tempo de pesquisa que é um mestrado, é considerar quais reações são possíveis de ser empregadas dentro de seus contextos e como elas mobilizam essas possibilidades.

Neste sentido, percebeu-se em suas falas que instituições como a família e trabalho podem desempenhar forte apoio em seus esforços para reabitar o cotidiano, em seus esforços para dar seguimento às vidas apesar da dor. Percebeu-se também na fala de algumas que a militância ajudava a dar novamente sentido ao mundo, além do acionamento de lembranças enquanto algo que transmitia uma sensação positiva.

Ficou evidente nesta pesquisa que as experiências de sofrimento resultantes dos homicídios de jovens negros atuam enquanto pedagogia às que ficam. O conhecimento adquirido através da dor é o que Das chama de conhecimento venenoso. São as estratégias que essas mulheres traçaram após vivenciarem suas perdas e as escolhas que tomaram para preservar suas vidas e as vidas de seus outros familiares. Observou-se que optar pelo silêncio por vezes é a melhor alternativa encontrada para se resguardarem e garantirem sua segurança. Observou-se também os cuidados e preocupações extras que a maternidade negra carrega.

A última dimensão percebida em seus relatos é a que diz respeito às suas percepções sobre e suas interações com o Estado. Percebem-se nessas falas os sentimentos de impotência e descrença em relação ao desfecho dos casos, além da humilhação e da revolta que encontros com instituições do Estado podem lhes causar.

As críticas foram tecidas principalmente à instituição policial que lhes submete a uma constante vigilância que em nada protege. Reclamam dos abusos de poder que resultam em situações de violência e do pouco empenho que empregam para de fato minimizar tais crimes que tiraram a vida de seus entes queridos.

Mesmo diante de todas as dificuldades encontradas para a realização do campo e a limitação que este apresenta, considerou-se que a tentativa de descer ao cotidiano foi produtiva. Mudar o olhar, pensando além da vitimização direta e considerar a experiência das que ficam é também contribuir para que os contextos de violência sejam melhor compreendidos.

Considerar o que essas mulheres têm a dizer sobre os homicídios de jovens negros é conhecer os outros efeitos da violência, é conhecer como essas mortes podem lhes afetar socialmente, afetivamente e fisicamente. E, visto que suas experiências pós-homicídio podem se atravessar por questões como as relacionadas à saúde e ao acesso à justiça, suas narrativas também podem dar a chance de que se conheça onde as instituições do estado estão falhando.

Compreende-se que tal esforço permite que se conheça quais são as práticas que têm efeito revitimizador para essas mulheres e que, dessa forma, acabam intensificando o seu sofrer. Esses relatos também podem dar pista de iniciativas que podem ser desenvolvidas a fim de minimizar esse sofrimento e facilitar o processo de recuperação do cotidiano. Traz-se nesse sentido o que foi observado nas entrevistadas quando manifestavam interesse em saber mais da temática da pesquisa e os agradecimentos que foram feitos no final de alguns encontros, onde afirmavam que havia sido bom compartilhar aquela experiência ou que julgavam que seria válido criar um espaço de troca. Isso evidencia a urgência que se tem de criar espaços como o Centro de Referência à Víctima (CRAVI) do Estado de São Paulo que, por meio de uma equipe interdisciplinar, acolhe, atende, informa e orienta vítimas e familiares de vítimas em casos de crimes de homicídio, latrocínio e ameaça.

O silêncio pode muitas vezes ser uma imposição externa, visto que em alguns relatos aparece que ele é acionado enquanto uma estratégia de proteção para as suas vidas e as vidas de seus familiares. O silêncio não é passividade nem descaso com os homicídios. Ele é a opção menos pior nesse contexto.

Por fim, resta destacar que quando se afirma que as mulheres neste estudo escutadas conseguem outra vez reabitar o cotidiano não significa que elas tenham superado completamente a perda. Significa que mesmo com a dor e com a constante lembrança do evento, elas dão seguimento às suas vidas. Veena Das identificou em suas interlocutoras que a cura é a capacidade de suportar. Algo nesse

sentido colocou Dona Rosângela, uma das interlocutoras desta pesquisa: “É aquela ferida, né? Que cria uma casca, se tu bate ali ela sangra”.

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Graziela. **Vítimas indiretas dos homicídios**: testemunho de mulheres em São Paulo/SP. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/17722/1/Graziela%20Acquaviva.pdf>. Acesso em: 6 out. 2017.
- ADÃO, Cláudia. **Territórios de morte**: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012018-131847/pt-br.php>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e Justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300, dez. 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2034/1173>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- ALARCÃO, Ana Carolina; CARVALHO, Maria Dalva; PELLOSO, Sandra. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421890002.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- ALMEIDA, Aline. **In memoriam**: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da violência no Rio de Janeiro. 2013. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6347. Acesso em: 3 mai. 2018.
- ALVES, Jaime. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3, p.89-114, 2011. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/276>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ALVES, Jaime. **Spatialization of death**: police, black youth, and resistance in a São Paulo shantytown. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – University of Texas at Austin, Austin, 2008. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.466.2785&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019
- ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 20 nov. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222/83830>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!**: homicídios causados pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 15 mai. 2017.

ARAÚJO, Fábio. **Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos**: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado. 2012. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em:

https://www.academia.edu/30708420/Tese_Das_consequencias_da_arte_macabra_de_fazer_desaparecer_corpos_desaparecimentos_violencia_sufrimento_e_politica.

Acesso em: 7 mai. 2018.

AROSI, Ana Paula. **A vítima como categoria política**: um estudo etnográfico sobre os movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76219>. Acesso em: 21 jul. 2016.

AZEVEDO, Rodrigo et al. Denúncias de violência policial recebidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do RS. **Revista da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul**, ano VIII, n. 17, p. 151-171, 2017.

Disponível em:

www.defensoria.rs.def.br/upload/20170726141038revista_defensoria_17final.pdf.

Acesso em: 11 jul. 2017.

BARRETO, Maria Cristina. Do sofrimento como questão sociológica. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** [S.l.:s.n.], 2007. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1008&Itemid=170. Acesso em: 3 mai. 2018.

BRASIL. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: [s.n.], 2015.

Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf. Acesso em: 2 mai. 2019.

BUENO, Samira. Governar pelo medo ou pela lei? *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo, p. 31 – 37, 2016. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf. Acesso em: 8 out. 2017.

CARITÁ, Karina. **Do luto à luta**: notícias do serviço social sobre uma guerra particular. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/17468/1/Karina%20Pierrobon%20Carita.pdf>.

Acesso em: 5 out. 2017.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia usp**, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/a06v14n3.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARVALHO, João Eduardo de. Violência e Sofrimento Social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.9-18, 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2008.v17n3/9-18/pt/>. Acesso em: 3 nov. 2017.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

COSTA, Daniella. **Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13478>. Acesso em: 21 jul. 2017.

DALBOSCO, Carla. **Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e jovens: estudo teórico clínico de famílias em sofrimento**. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3609>. Acesso em: 6 jun. 2019.

DARBY, Phillip. Security, Spatiality, and Social Suffering. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 31, n. 4, p. 453-473, out. 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030437540603100405>. Acesso em: 24 jun. 2019.

DAS, Veena. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. Oxford: Oxford India Paperbacks, 1996.

DAS, Veena. El acto de presenciar. Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. *In*: ORTEGA, Francisco (Ed.). **Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Lecturas Ces, 2008a. p. 145-169. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/8285/1/VeenaDas.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017.

DAS, Veena. Lenguaje y cuerpo: transacciones en la construcción del dolor. *In*: ORTEGA, Francisco (Ed.). **Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Lecturas Ces, 2008b. p. 217-250. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/8285/1/VeenaDas.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **cadernos pagu**, n. 37, p. 9-41, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a02n37>. Acesso em: 17 abr. 2018.

DAS, Veena. The Event and the Everyday. *In*: DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary**. Univ of California Press, 2007.

DAS, Veena. Trauma y testimonio. *In*: ORTEGA, Francisco (Ed.). **Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Lecturas Ces, 2008c. p. 145-169. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/8285/1/VeenaDas.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017.

DAS, Veena; DIFRUSCIA, Kim. Listening to voices: an interview with Veena Das. **Altérités**, Montreal, v. 7, n. 1, p. 136-45, 2010.

DOMINGUES, Daniela; DESSEN, Maria Auxiliadora; QUEIROZ, Elizabeth. Luto e enfrentamento em famílias vitimadas por homicídio. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p.61-74, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229042579006.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 191 p.

FERNANDES, Adriana; FERREIRA, Mariana. Dimensões políticas do sensível: notas a partir do trabalho de Veena Das. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5., Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 14., 2015, Maceió/AL. Direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimento. **Anais...** [S.l.:s.n.], 2015.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 11 out. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança Pública em Números 2017**. São Paulo: [s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/infografico2017-vs8-FINAL-.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 130-143, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/ls/article/view/18502>. Acesso em: 21 jun. 2016.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margareth. **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

LACERDA, Paula. **O “caso dos meninos emasculados de Altamira”**: polícia, justiça e movimento social. 2012. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/33794197/Tese_Paula_Lacerda_1012.pdf. Acesso em: 23 set. 2017.

LAGATTA, Pedro. **Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-01092017-104250/en.php>. Acesso em: 5 out. 2017.

LIMA, Suzete. **Racismo e violência, prática de extermínio contra a juventude negra**. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: Acesso em: 24 jul. 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. *In*: CHÁVEZ, Elena. **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México: MUAC, 2012. p. 130-139.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MOURA, Tatiana. **Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/iframe/publicacoes/outras/200313/rostos_invisiveis.pdf. Acesso em: 31 jul. 2017.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita; SOARES, Bárbara. Auto de resistência: A acção colectiva de mulheres familiares de vítimas de violência armada policial no Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 88, p.185-205, 1 mar. 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1736>. Acesso em: 19 set. 2016.

OLIVEIRA JR, José Ribamar. **Relatos de sangue: apresentação de mundos de famílias negras vítimas ocultas da violência**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13623>. Acesso em: 5 jul. 2017.

OLIVEIRA, Pedro de. **O peso dos mortos queridos: um estudo sobre vitimização indireta por violência oficial**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14912>. Acesso em: 6 out. 2017.

ORTEGA, Francisco. Rehabitar la cotidianidad. *In*: ORTEGA, Francisco. **Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Lecturas Ces, 2008. p. 15-69. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/8285/1/VeenaDas.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017

PEREIRA, Pedro. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. **cadernos pagu**, n. 35, p. 357-369, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 30 nov. 2017.

PINTO FILHO, Olavo de Souza; VIEIRA, Suzane de Alencar. Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas. Goiânia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 482-486, 2 out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo/article/download/123854/134124>. Acesso em: 4 mai. 2019.

RENAULT, Emmanuel. A critical theory of social suffering. **Critical Horizons**, v. 11, n. 2, p. 221-241, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1558/crit.v11i2.221>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RIBEIRO, Igo Gabriel. **Da política socioeducativa à (des) regulação da vida de jovens negros brasileiros**. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –

Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150509>. Acesso em: 3 mar. 2019.

ROCHA, Luciane. Black mothers' experiences of violence in Rio de Janeiro. **Cultural Dynamics**, v. 24, n. 1, p. 59-73, mar. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0921374012452811>. Acesso em: 18 set. 2016.

SÁ, Leonardo de; RODRIGUES, Hosana Suelen; AGUIAR, Deiziane. Dor, sofrimento e luto das mães de periferia em Fortaleza. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais...Natal**: ABA, 2014. p. 1-16. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21701>. Acesso em: 3 ago. 2017.

SANTOS, José Eduardo. **Mind the gap! (Cuidado com o vão!)**: repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador, Bahia. 2008. 372 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/27090>. Acesso em: 4 jun. 2019.

SENADO FEDERAL. **CPI – Assassinato de Jovens**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: 17 set. 2017.

SILVA, Telma da. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. **Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 46, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.iberoamericana.se/articles/10.16993/iberoamericana.104/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In*: FIGUEIREDO, I. **Segurança pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasil: Ministério da Justiça /SENASP, 2014, p. 121-159. (Col. Pensando a segurança pública, v. 5).

SOARES, Gláucio; MIRANDA, Dayse; BORGES, Doriam. **As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2005. 185 p. Disponível em: <http://gepesp.org/wp-content/uploads/2016/03/Livro-As-Vitimas-Ocultas-da-Viol%C3%Aancia-Urbana-no-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SONODA, Katerine. **Ativismo social como possibilidade de enfrentamento da violência urbana**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24280>. Acesso em: 5 out. 2017.

TEIXEIRA, Clodine. **Vítimas ocultas das mortes escancaradas**: as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-07022017-155026/en.php>. Acesso em: 7 nov. 2017.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Report of the Special Rapporteur on minority issues on her mission to Brazil**. 2016. Disponível em: www.refworld.org/docid/56f173324.html. Acesso em: 21 out. 2017.

VIEIRA, Luiza et al. Impacto da violência na saúde de famílias em Fortaleza, Ceará. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1773-1779, 2009. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232009000500018&script=sci_abstract. Acesso em: 5 jun. 2019.

VIEIRA, Valterci. **Sentidos produzidos por familiares acerca da violência policial**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2009/1/Valterci%20Vieira.pdf>
Acesso em: 5 jun. 2019.

WASELFISZ, J. **Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014**. Brasília: FLACSO, 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acesso em: 23 set. 2016.